

Instituto Nacional do Seguro Social
Concurso Público para Analista do Seguro Social
Edital nº 1/2013, de 9 de agosto de 2013

O Presidente do Instituto Nacional do Seguro Nacional – INSS, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria/MPS/nº 191, de 07 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 08 de abril de 2011 e tendo em vista a autorização concedida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Portaria nº 240, de 4 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2013, torna pública a realização de Concurso Público para o provimento de 300 (trezentas) vagas para o cargo de Analista do Seguro Social, integrante da Carreira do Seguro Social, disciplinada pela Lei nº 10.667 de 14 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de abril de 2004, e estruturada pela Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004 e suas alterações, publicada no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2004, em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 1990, e com o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009 e suas alterações, publicado no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2009, a legislação pertinente e com o disposto neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será de responsabilidade da Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Assistência à Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e ao Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – FUNRIO, sendo regido por este Edital, pelas publicações a ele relacionadas (Editais e retificações, caso existam) e comunicados.

1.2. O Anexo I - Postos de Inscrição: relaciona os postos de inscrição.

1.3. O Anexo II – Quadro de Vagas: descreve a distribuição de vagas de cada formação entre as Superintendências Regionais e a Administração Central (vagas de ampla concorrência e vagas reservadas aos candidatos com deficiência) e relaciona as unidades subordinadas à cada Superintendência Regional.

1.4. O Anexo III - Cidades de Prova: relaciona as cidades onde serão realizadas as provas.

1.5. O Anexo IV – Locais de Realização da Avaliação Multiprofissional: relaciona os locais onde serão realizadas as avaliações da equipe multiprofissional para os candidatos com deficiência.

1.6. O Anexo V – Quadro de Provas: relaciona o tipo de prova a ser realizada pelos candidatos de cada formação, as disciplinas associadas à prova, a quantidade de questões por disciplina, o valor de cada questão por disciplina, o total de pontos da disciplina e o mínimo de pontos por disciplina para aprovação.

1.7. O Anexo VI - Conteúdos Programáticos: descreve os conteúdos programáticos de cada disciplina.

1.8. Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário de Brasília-DF.

2. DO CARGO

2.1. Analista do Seguro Social

2.1.1. Das características gerais

2.1.1.1. Atribuições gerais: instruir e analisar processos e cálculos previdenciários, de manutenção e de revisão de direitos ao recebimento de benefícios previdenciários; proceder à orientação previdenciária e atendimento aos usuários; realizar estudos técnicos e estatísticos; executar, em caráter geral, as demais atividades inerentes às competências do INSS.

2.1.1.2. Regime: o servidor será regido pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, de que trata a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e integrará a Carreira do Seguro Social, estruturada pela Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, e o ingresso no Cargo de Analista do Seguro Social far-se-á no padrão inicial, da classe inicial do respectivo cargo.

2.1.1.3. Jornada de trabalho: a jornada de trabalho é de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

2.1.1.4. Remuneração inicial: a remuneração bruta inicial prevista corresponde ao valor do vencimento básico de R\$ 788,51 (setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos), acrescida da Gratificação de Atividade Executiva no valor de R\$ 1.261,61 (mil, duzentos e sessenta e um reais e sessenta e um centavos), da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social – GDASS que poderá alcançar, na pontuação máxima, o valor de R\$ 4.724,00 (quatro mil, setecentos e vinte e quatro reais), auxílio alimentação no valor de R\$ 373,00 (trezentos e setenta e três reais), totalizando R\$ 7.147,12 (sete mil, cento e quarenta e sete reais e doze centavos).

2. 1. 1. 5. Vagas: 300 (trezentas) vagas sendo 274 (duzentas e setenta e quatro) vagas para candidatos de ampla concorrência e 26 (vinte e seis) vagas para candidatos com deficiência.

2. 1. 2. Da formação específica

2. 1. 2. 1. Analista do Seguro Social, formação em Estatística (código ESTAT)

2. 1. 2. 1. 1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em Estatística devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional de Estatística - CONRE.

2. 1. 2. 1. 2. Descrição sumária das atividades: identificar e elaborar indicadores de desempenho; realizar planilhas descritivas sistemáticas, proceder a estudos comparativos, mapear as demandas afetas à área de atuação oferecendo subsídios à gestão nos aspectos preventivos e tomadas de decisão; e executar as demais atividades definidas em normas do INSS.

2. 1. 2. 2. Analista do Seguro Social, formação em Ciências Contábeis (código CONTA)

2. 1. 2. 2. 1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em Ciências Contábeis devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

2. 1. 2. 2. 2. Descrição sumária das atividades: executar atividades de instrução e de análise de processos, de cálculos previdenciários, de manutenção e de revisão de direitos ao recebimento de benefícios previdenciários; analisar registro de operações e rotinas contábeis, orçamentárias e financeiras; realizar estudos técnicos e estatísticos; realizar auditoria contábil e financeira; interpretar e aplicar a legislação econômica fiscal e tributária financeira; executar atividades referentes à elaboração, revisão e acompanhamento da programação orçamentária e financeira anual e plurianual; acompanhar a gestão de recursos públicos e o exercício de outras atividades como do profissional de ciências contábeis; e executar as demais atividades definidas em normas do INSS.

2. 1. 2. 3. Analista do Seguro Social, formação em Direito (código DIREI)

2. 1. 2. 3. 1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em Direito devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2. 1. 2. 3. 2. Descrição sumária das atividades: analisar documentação dominial; analisar processos relativos a contratações, convênios, locações e alienações de imóveis e de consultoria e aquisição de serviços; elaborar minutas de editais, contratos, convênios; analisar processos administrativos da área de atuação oferecendo subsídios à gestão nos aspectos preventivos e para as tomadas de decisão; e executar as demais atividades definidas em normas do INSS.

2. 1. 2. 4. Analista do Seguro Social, formação em Administração (código ADMIN)

2. 1. 2. 4. 1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em Administração devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional de Administração - CRA.

2. 1. 2. 4. 2. Descrição sumária das atividades: realizar estudos, análise, interpretação, planejamento, execução, coordenação e controle de trabalhos nos campos da administração, organização e métodos, logística, orçamento e finanças, gestão de pessoas, bem como outros temas conexos; elaborar pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos; e executar as demais atividades definidas em normas do INSS.

2. 1. 2. 5. Analista do Seguro Social, formação em Engenharia Civil (código CIVIL)

2. 1. 2. 5. 1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em Engenharia Civil devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

2. 1. 2. 5. 2. Descrição sumária das atividades: elaborar estudos preliminares e projetos básicos executivos de reforma, construção, modernização, adaptação e manutenção dos imóveis de uso do INSS; elaborar, fiscalizar e supervisionar projetos estruturais e perícias em estruturas de construção; fiscalizar contratos de obras e serviços de engenharia civil; supervisionar as atividades exercidas pelos engenheiros no que se refere às ações realizadas e previstas nos contratos; normatizar e orientar quanto a legislação vigente; analisar processos que envolvam matérias na área de engenharia; realizar avaliações de imóveis; realizar perícia e assistência técnica em processos judiciais; e executar as demais atividades definidas em normas do INSS.

2. 1. 2. 6. Analista do Seguro Social, formação em Engenharia Mecânica (código MECAN)

2. 1. 2. 6. 1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em Engenharia Mecânica devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

2. 1. 2. 6. 2. Descrição sumária das atividades: elaborar projetos básicos e executivos referentes às instalações e sistemas de ar condicionado e elevadores, moto bombas, grupo gerador, equipamentos mecânicos, de reforma, construção, modernização, adaptação e manutenção dos imóveis de uso do INSS; elaborar, fiscalizar e supervisionar projetos referentes às instalações e sistemas de ar condicionado e elevadores e perícias em edificações de uso do INSS; fiscalizar contratos de obras e serviço referentes às instalações e sistemas de ar condicionado e elevadores; supervisionar atividades exercidas pelos engenheiros mecânicos no que se refere às ações realizadas e previstas nos contratos; normatizar e orientar quanto à legislação vigente; analisar processos que envolvam matérias na área de engenharia mecânica; realizar perícia e assistência técnica em processos judiciais no que se refere às instalações e sistemas de ar condicionado e elevadores; avaliar equipamentos; e executar as demais atividades definidas em normas do INSS.

2. 1. 2. 7. Analista do Seguro Social, formação em Engenharia Elétrica (código ELETR)

2. 1. 2. 7. 1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em Engenharia Elétrica devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

2. 1. 2. 7. 2. Descrição sumária das atividades: elaborar projetos básicos e executivos, referentes às instalações elétricas em baixa e alta tensão, de reforma, construção, modernização, adaptação e manutenção dos imóveis de uso do INSS; elaborar, fiscalizar e supervisionar projetos elétricos e perícias em edificações de uso do INSS; fiscalizar contratos de obras e serviços referentes às instalações elétricas; supervisionar atividades exercidas pelos engenheiros elétricos no que se refere às ações realizadas e previstas nos contratos; normatizar e orientar quanto à legislação vigente; analisar processos que envolvam matérias na área de engenharia elétrica; realizar perícia e assistência técnica em processos judiciais no que se refere às instalações elétricas; e executar as demais atividades definidas em normas do INSS.

2. 1. 2. 8. Analista do Seguro Social, formação em Engenharia de Telecomunicações (TELEC)

2. 1. 2. 8. 1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em Engenharia de Telecomunicações ou Engenharia Eletrônica ou Engenharia Elétrica modalidade em Eletrônica devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

2. 1. 2. 8. 2. Descrição sumária das atividades: elaborar projetos básicos e executivos referentes às instalações e rede de telefonia e centrais telefônicas de reforma, construção, modernização, adaptação e manutenção dos imóveis de uso do INSS; elaborar, fiscalizar e supervisionar projetos referentes às instalações e rede de telefonia e centrais telefônicas e perícias em edificações de uso do INSS; fiscalizar contratos de obras e serviço referentes às instalações e rede de telefonia e centrais telefônicas; supervisionar as atividades exercidas pelos engenheiros de Telecomunicações no que se refere às ações realizadas e previstas nos contratos; normatizar e orientar quanto à legislação vigente; analisar processos que envolvam novas tecnologias, matérias na área de engenharia em Telecomunicações e TI; realizar perícia e assistência técnica em processos judiciais no que se refere às instalações de telefonia e centrais telefônicas; e executar as demais atividades definidas em normas do INSS.

2. 1. 2. 9. Analista do Seguro Social, formação em Engenharia com especialização em Segurança do Trabalho (código SEGUR)

2. 1. 2. 9. 1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em Engenharia (qualquer) devidamente registrado e certificado de curso de especialização com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas em Segurança do Trabalho, ambos fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA

2. 1. 2. 9. 2. Descrição sumária das atividades: atuar em conformidade com a legislação vigente e Normas Regulamentadoras; planejar e desenvolver estratégias de prevenção, controle e gerenciamento de riscos, higiene, ergonomia, doenças do trabalho; fiscalizar e supervisionar projetos referentes às instalações de prevenção de incêndio, sistemas de segurança do trabalho e perícias em edificações de uso do INSS; elaborar laudos ambientais, análise, registros e estatísticas; normatizar e orientar quanto à legislação vigente; analisar processos que envolvam segurança do trabalho e ambiental, matérias na área de engenharia em Segurança do Trabalho; realizar perícia e assistência técnica em processos judiciais no que se refere à Segurança do Trabalho, bem como atuar na área de reconhecimento de direito; e executar as demais atividades definidas em normas do INSS.

2. 1. 2. 10. Analista do Seguro Social, formação em Arquitetura (código ARQUI)

2.1.2.10.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em Arquitetura devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

2.1.2.10.2. Descrição sumária das atividades: elaborar e instruir projetos básicos e executivos de reforma, construção, modernização, adaptação e manutenção dos imóveis de uso do INSS; orientar quanto à aplicação da legislação vigente; como também projetos arquitetônicos com utilização de softwares, planilhas eletrônicas, orçamentos e cálculo estrutural; acompanhar a avaliação de imóveis, obras e serviços de arquitetura; analisar requisitos de controle ambiental e urbanístico; e executar as demais atividades definidas em normas do INSS.

2.1.2.11. Analista do Seguro Social, formação em Tecnologia da Informação (código TEINF)

2.1.2.11.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior na área de Tecnologia da Informação devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação ou diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em qualquer área devidamente registrado, com curso de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, na área de Tecnologia da Informação, fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação,

2.1.2.11.2. Descrição sumária das atividades: elaborar e instruir projetos básicos e executivos na área de tecnologia da informação e comunicação; atuar, coordenar e supervisionar atividades nas áreas de desenvolvimento de sistemas, segurança da informação, gestão de contratos de TI, contratações de soluções de TI, suporte técnico, administração de redes e infraestrutura de redes, e executar as demais atividades definidas em normas do INSS.

2.1.2.12. Analista do Seguro Social, formação em Terapia Ocupacional (código TERAP)

2.1.2.12.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em Terapia Ocupacional devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO.

2.1.2.12.2. Descrição sumária das atividades: avaliar o potencial laborativo do segurado por meio da análise dos aspectos sócioprofissionais; realizar avaliação para estabelecer opções e perspectivas para o programa profissional do segurado; acompanhar o desenvolvimento da programação profissional do segurado; participar de Grupo Informativo; estabelecer contatos com a empresa de vínculo dos segurados em processo de reabilitação profissional; realizar atendimentos dos segurados em avaliação ou em programa de reabilitação profissional; avaliar, supervisionar e homologar os programas profissionais realizados por terceiros ou empresas conveniadas; realizar estudo de mercado de trabalho, visitar empresas para divulgação do programa, analisar funções, acompanhar e supervisionar a capacitação profissional do segurado; estabelecer contato com entidades e empresas públicas ou privadas objetivando a celebração de acordos e convênios; realizar entrevistas da pesquisa da fixação no mercado de trabalho, participar de equipes volantes; e executar as demais atividades definidas em normas pelo INSS.

2.1.2.13. Analista do Seguro Social, formação em Pedagogia (código PEDAG)

2.1.2.13.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em Pedagogia devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.1.2.13.2. Descrição sumária das atividades: atuar, coordenar e supervisionar atividades na área educacional decorrente da concepção do Projeto Político-Pedagógico do INSS, com desenvolvimento e implantação do projeto de educação continuada dos servidores e desenvolvimento de competências; desenvolver ações voltadas à implantação do Projeto Político de Gestão de Carreiras por competências, envolvendo orientação profissional, plano de sucessão; e executar as demais atividades definidas em normas do INSS.

2.1.2.14. Analista do Seguro Social, formação em Psicologia (código PSICO)

2.1.2.14.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em Psicologia devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional de Psicologia - CRP.

2.1.2.14.2. Descrição sumária das atividades: atuar no planejamento e na implantação de Projeto Político de Gestão de Carreiras; atuar no planejamento, avaliação e controle de resultados; atuar no planejamento e acompanhamento da avaliação de desempenho; analisar cargos, perfil profissiográfico e profissional; atuar no recrutamento e seleção interna e externa; atuar na orientação profissional e ações

voltadas à implantação do Projeto Político de Gestão de Carreiras, envolvendo orientação profissional, plano de sucessão; elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos nas áreas de reabilitação profissional; e avaliar o potencial laborativo do segurado por meio da análise dos aspectos sócioprofissionais; realizar avaliação para estabelecer opções e perspectivas para o programa profissional do segurado; acompanhar o desenvolvimento da programação profissional do segurado; participar de Grupo Informativo; estabelecer contatos com a empresa de vínculo dos segurados em processo de reabilitação profissional; realizar atendimentos dos segurados em avaliação ou em programa de reabilitação profissional; avaliar, supervisionar e homologar os programas profissionais realizados por terceiros ou empresas conveniadas; realizar estudo de mercado de trabalho, visitar empresas para divulgação do programa, analisar funções, acompanhar e supervisionar a capacitação profissional do segurado; estabelecer contato com entidades e empresas públicas ou privadas objetivando a celebração de acordos e convênios; realizar entrevistas da pesquisa da fixação no mercado de trabalho, participar de equipes volantes; e executar as demais atividades definidas em normas pelo INSS.

2.1.2.15. Analista do Seguro Social, formação em Jornalismo (código JORNA)

2.1.2.15.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em Jornalismo ou Comunicação Social (habilitação Jornalismo) devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.1.2.15.2. Descrição sumária das atividades: apoiar e executar as atividades de comunicação social sob a supervisão da unidade responsável; e executar as demais atividades definidas em normas do INSS.

2.1.2.16. Analista do Seguro Social, formação em Publicidade e Propaganda (código PUBLI)

2.1.2.16.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em Publicidade e Propaganda ou Comunicação Social (habilitação Publicidade e Propaganda) devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.1.2.16.2. Descrição sumária das atividades: planejar e desenvolver a promoção institucional; planejar e executar eventos corporativos temáticos de âmbito nacional, regional e setorial; propor e opinar na validação da participação da Autarquia em eventos externos; estruturar, implantar e acompanhar o processo de valorização e orientação do uso e marca do INSS; atuar na definição e acompanhamento da aplicação de modelo de gestão dos sítios corporativos; implementar ações de publicidade e propaganda, no âmbito da instituição e da sociedade; e executar as demais atividades definidas em normas do INSS.

2.1.2.17. Analista do Seguro Social, formação em Fisioterapia (código FISIO)

2.1.2.17.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior em Fisioterapia devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO.

2.1.2.17.2. Descrição sumária das atividades: avaliar o potencial laborativo do segurado por meio da análise dos aspectos sócioprofissionais; realizar avaliação para estabelecer opções e perspectivas para o programa profissional do segurado; acompanhar o desenvolvimento da programação profissional do segurado; participar de Grupo Informativo; estabelecer contatos com a empresa de vínculo dos segurados em processo de reabilitação profissional; realizar atendimentos dos segurados em avaliação ou em programa de reabilitação profissional; avaliar, supervisionar e homologar os programas profissionais realizados por terceiros ou empresas conveniadas; realizar estudo de mercado de trabalho, visitar empresas para divulgação do programa, analisar funções, acompanhar e supervisionar a capacitação profissional do segurado; estabelecer contato com entidades e empresas públicas ou privadas objetivando a celebração de acordos e convênios; realizar entrevistas da pesquisa da fixação no mercado de trabalho, participar de equipes volantes; e as demais atividades definidas em normas pelo INSS.

2.1.2.18. Analista do Seguro Social, formação em Letras (código LETRA)

2.1.2.18.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de curso superior de Bacharel ou Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Portuguesa ou Português, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.1.2.18.2. Descrição sumária das atividades: produzir, analisar e revisar textos; e executar as demais atividades definidas em normas do INSS.

3. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

3.1. O candidato deverá atender, cumulativamente, para investidura no cargo, aos seguintes requisitos:

a) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público;

- b) ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972;
- c) ter idade mínima de 18 anos completos na data da posse;
- d) estar em gozo dos direitos políticos;
- e) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- f) declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades enumeradas no artigo 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- g) declaração de acumulação de cargo ou função pública, quando for o caso, ou sua negativa;
- h) possuir os pré-requisitos exigidos para o cargo/formação, conforme discriminado no item 2 deste Edital, devendo obrigatoriamente estar em situação regular no órgão fiscalizador do exercício da profissão, quando exigido;
- i) apresentar certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares que tenha residido, nos últimos 5 (cinco) anos, da Justiça Federal e Estadual;
- j) apresentar folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 6 (seis) meses;
- k) apresentar comprovação do exercício efetivo da função de jurado, caso tenha declarado tal situação quando do preenchimento do Requerimento de Inscrição, e esta tenha sido utilizada como critério de desempate;
- l) ser considerado apto na inspeção médica oficial, conforme o disposto no art. 14, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Caso o candidato seja considerado inapto para o exercício do cargo, por ocasião da inspeção médica oficial, este não poderá tomar posse.

3.2. Todos os requisitos especificados no subitem 3.1 deste Edital, alíneas "b" a "k", deverão ser comprovados por meio da apresentação de documento original ou declaração, juntamente com fotocópia, sendo eliminado do Concurso Público aquele que não os apresentar, assim como aquele que for considerado inapto na inspeção médica oficial.

4. DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, na forma do § 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 1º do art. 37 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, ficam reservados para os candidatos com deficiência 8,66% (oito virgula sessenta e seis por cento) do total das vagas disponíveis, conforme disposto no Anexo II deste Edital.

4.2. O candidato com deficiência concorre em igualdade de condições com os demais candidatos às vagas de ampla concorrência e, ainda, às vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

4.2.1. O candidato com deficiência, se classificado, além de figurar na lista de classificação correspondente às vagas de ampla concorrência, terá seu nome publicado na lista de classificação das vagas oferecidas aos candidatos com deficiência.

4.3. Somente serão consideradas como pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias constantes do art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

4.4. O candidato com deficiência, aprovado e classificado no Concurso Público, será convocado para ser avaliado, no local escolhido quando do preenchimento do Requerimento de Inscrição, por equipe multiprofissional indicada pelo INSS, antes da homologação, de acordo com o art. 43 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, e a Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ, cabendo a este arcar com as despesas relativas à sua participação nesta avaliação.

4.4.1. O candidato deverá comparecer à avaliação, munido de documento de identidade original com foto e laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) contendo o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), a provável causa da deficiência, bem como ao enquadramento previsto no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

4.4.2. A equipe multiprofissional emitirá parecer conclusivo, observando as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição, a natureza das atribuições e tarefas essenciais do cargo/formação e a Classificação Internacional de Doenças (CID) apresentadas.

4.4.3. Caberá pedido de reconsideração do parecer da equipe multiprofissional, devendo o mesmo ser entregue no local onde foi realizada a avaliação no prazo máximo de 2 (dois) dias do recebimento do resultado. Nova avaliação será realizada após a entrega do recurso por parte do candidato, cujo resultado lhe será comunicado no mesmo local de realização da avaliação no prazo de até 1 (um) dia. A decisão final da equipe multiprofissional será soberana e definitiva administrativamente.

4.5. O candidato que não for considerado como deficiente com direito a concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência pela equipe multiprofissional ou que não comparecer no dia, hora e local marcado para realização da avaliação, perderá o direito à vaga reservada aos candidatos com deficiência, sendo eliminado desta relação específica, permanecendo na relação de candidatos de ampla concorrência, caso obtenha pontuação necessária para tanto.

4.6. As vagas reservadas aos candidatos com deficiência que não forem providas por falta de candidatos homologados serão preenchidas pelos demais candidatos da ampla concorrência, observado a ordem de classificação por cargo/formação/Superintendência Regional ou Administração Central.

5. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

5.1. O Concurso Público consistirá de prova objetiva de caráter eliminatório e classificatório;

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste Edital.

6.2. Antes de efetuar a inscrição e/ou o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Estas informações encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, nas guias Principal, Publicações e Cronogramas.

6.3. As inscrições serão realizadas exclusivamente via Internet, acessando o endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Inscrição, no período compreendido entre as 10 horas do dia 12 de agosto de 2013 até as 23 horas e 59 minutos do dia 13 de setembro de 2013, considerando o horário de Brasília.

6.3.1. Para os candidatos que não tiverem acesso à Internet, a FUNRIO disponibilizará postos de inscrição, relacionados no Anexo I deste Edital, no período de 12 de agosto a 13 de setembro de 2013, segunda à sexta-feira, exceto feriados, no horário das 9 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas (horário de Brasília), onde serão disponibilizados computadores para a realização de inscrições de candidatos.

6.3.2. O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário obtido após o preenchimento e envio do Requerimento de Inscrição, pagável em qualquer agência bancária ou por meio de qualquer opção disponibilizada pelos bancos para pagamento de contas via Internet. O pagamento poderá ser feito após a geração e impressão do boleto bancário. O boleto bancário a ser utilizado para efetuar o pagamento da taxa de inscrição deve ser aquele associado ao Requerimento de Inscrição enviado.

6.3.3. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado obrigatoriamente por intermédio do boleto bancário.

6.3.4. O boleto bancário emitido é válido para pagamento em até 3 (três) dias corridos após a emissão.

6.3.4.1. A 2ª via do boleto bancário poderá ser solicitada a qualquer momento, desde que realizada no período de inscrição, bastando para tal acessar o endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Principal, consultar sua inscrição (preenchendo Nome, CPF e Data de Nascimento) e utilizar a opção "Emitir Boleto Bancário (2ª via)".

6.3.5. O INSS e a FUNRIO não se responsabilizam pelas inscrições realizadas que não forem recebidas por motivos de ordem técnica alheias ao seu âmbito de atuação, tais como falhas de telecomunicações, falhas nos computadores ou provedores de acesso e quaisquer outros fatores exógenos que impossibilitem a correta transferência dos dados dos candidatos para a FUNRIO.

6.3.6. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional.

6.3.6.1. A prorrogação das inscrições de que trata o subitem anterior poderá ser feita sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações.

6.3.7. Orientações e procedimentos a serem seguidos para realização de inscrição via Internet estarão disponíveis no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, nas guias Principal, Inscrição e Publicações.

6.4. O valor da taxa de inscrição será de R\$ 67,21 (sessenta e sete reais e vinte e um centavos).

6.4.1. O valor da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma.

6.4.2. Não será permitida a transferência do valor pago como taxa de inscrição para outra pessoa, assim como a transferência do valor pago para outra inscrição ainda não paga.

6.4.3. Não será efetivada a inscrição cujo pagamento da taxa de inscrição seja feito por meio de depósito, DOCs (operação bancária), transferência ou similar.

6.4.4. No caso do pagamento da taxa de inscrição ser efetuado com cheque bancário que porventura, venha a ser devolvido, por qualquer motivo, a inscrição do candidato não será efetivada, reservando-se a FUNRIO ao direito de tomar as medidas legais cabíveis.

6.4.5. Não será considerado o pagamento da taxa de inscrição efetuado após o 3º dia subsequente ao término das inscrições.

6.5. O candidato somente terá sua inscrição efetivada após a informação referente a confirmação do pagamento do respectivo boleto bancário ter sido enviada pelo agente bancário e ter sido recebida pela FUNRIO.

6.6. Não serão aceitas inscrições condicionais, via fax, via correio eletrônico ou fora do prazo.

6.7. Ao preencher o Requerimento de Inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente, indicar no campo apropriado, sendo vedadas alterações posteriores, sob pena de não ter a sua inscrição aceita no Concurso Público:

a) a formação para a qual deseja concorrer, conforme o disposto no item 2 e Anexo II deste Edital;

b) a Superintendência Regional ou Administração Central para a qual deseja concorrer, conforme o disposto no Anexo II deste Edital. Os candidatos que concorrerem para as vagas destinadas às Superintendências Regionais poderão ser lotados em qualquer das unidades de subordinação conforme o Anexo II deste Edital, no interesse da Administração e da forma do subitem 13.1 deste Edital. As vagas destinadas à Administração Central estão localizadas em Brasília – DF.

c) a cidade onde deseja realizar a prova, conforme o disposto no Anexo III deste Edital.

d) no caso de candidato com deficiência, indicar o local da avaliação pela equipe multiprofissional conforme o disposto no Anexo IV deste Edital.

6.7.1. Antes da efetivação do pagamento, caso o candidato identifique algum erro em seu Requerimento de Inscrição, este deverá preencher um novo Requerimento de Inscrição com as informações corretas e efetuar o pagamento do boleto gerado após a confirmação desta nova inscrição.

6.7.2. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição após o pagamento da taxa de inscrição não serão alteradas sob nenhuma circunstância.

6.8. Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que, conforme o disposto no Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 20 de junho de 2007, e forem membros de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 20 de junho de 2007.

6.8.1. O candidato que desejar solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição, no período informado no cronograma existente no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso nas guias Publicações e Cronogramas, deverá preencher o Requerimento de Inscrição, indicando que deseja solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição, preenchendo o Número de Identificação Social (NIS) e indicando que é membro de família de baixa renda.

6.8.2. Não será aceita a solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição via fax, via e-mail e/ou correio eletrônico.

6.8.3. O pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição será encaminhado pela FUNRIO para o órgão gestor do CadÚnico, o qual decidirá sobre a concessão ou não ao candidato da isenção do pagamento da taxa de inscrição.

6.8.3.1. Informações como número do NIS, nome do candidato, data de nascimento, CPF e nome da mãe são repassadas para o órgão gestor do CadÚnico que irá conferir com as informações cadastradas no CadÚnico. Caso haja qualquer divergência entre as informações repassadas pela FUNRIO e as registradas no CadÚnico, o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição será negado.

6.8.3.2. O preenchimento do Requerimento de Inscrição é de responsabilidade do candidato. As informações digitadas no Requerimento de Inscrição que serão encaminhadas para o órgão gestor do CadÚnico devem ser exatamente iguais as que estão cadastradas no CadÚnico.

6.8.4. Caso o candidato solicite mais de um pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição, apenas o pedido mais recente, aquele cujo Requerimento de Inscrição foi o último a ser encaminhado, será considerado.

6.8.5. Constatada qualquer inveracidade, a qualquer tempo, nas informações prestadas no processo aqui definido para obtenção de isenção do pagamento da taxa de inscrição, será fato para o cancelamento da inscrição, tornando-se nulos todos os atos dela decorrentes.

6.8.6. O resultado da análise será informado no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, no período informado no cronograma existente neste mesmo endereço.

6.8.6.1. Esta informação também poderá ser obtida na consulta da inscrição do candidato, bastando para tal acessar o endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Principal, e preencher Nome, CPF e Data de Nascimento, em data prevista no cronograma existente neste mesmo endereço.

6.8.7. O candidato com pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferido poderá efetuar sua inscrição com pagamento da taxa, no período informado no cronograma existente no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, nas guias Publicações e Cronogramas.

6.8.8. O candidato cuja solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição for deferida, não necessitará efetuar nova inscrição, pois o Requerimento de Inscrição encaminhado será considerado.

6.9. Quando do preenchimento do Requerimento de Inscrição, o candidato com deficiência que desejar concorrer às vagas reservadas para os candidatos com deficiência deverá informar sua opção.

6.9.1. O candidato com deficiência deverá enviar, obrigatoriamente, via correspondência com Aviso de Recebimento (AR) ou SEDEX postado até o último dia de inscrição, para o Departamento de Concursos da FUNRIO (laudo INSS), localizado na Rua Professor Gabizo, 262, CEP 20271-000, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) indicando a espécie, o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) vigente, a provável causa da deficiência, bem como ao enquadramento previsto no artigo 4º do Decreto Federal nº. 3.298 de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.

6.9.1.1. O laudo médico não será devolvido e não serão fornecidas cópias do mesmo.

6.9.1.2. A comprovação da tempestividade do envio do laudo médico ou atestado será feita pela data de postagem do laudo.

6.9.2. Se o candidato não cumprir o disposto nos subitens 6.9 e 6.9.1 deste Edital, este perderá o direito de concorrer às vagas reservadas para os candidatos com deficiência, sem prejuízo da instauração de inquérito policial federal por delito de falsidade ideológica contra a União Federal (art. 299 do Código Penal), caso comprovado que o candidato tenha agido dolosamente para fraudar o certame.

6.10. O candidato, com deficiência ou não, que necessitar de condição(ões) especial(ais) para realização das provas, no ato da inscrição deverá informar a(s) condição(ões) especial(ais) de que necessita para os dias das provas, sendo vedadas alterações posteriores. Caso não o faça, sejam quais forem os motivos alegados, fica sob sua exclusiva responsabilidade a opção de realizar ou não a prova.

6.10.1. O candidato com deficiência visual total deverá indicar sua condição, informando no Requerimento de Inscrição, a necessidade de realizar a prova com o auxílio de um leitor. Neste caso, o leitor transcreverá as respostas para o candidato, não podendo a FUNRIO ser responsabilizada por parte do candidato, sob qualquer alegação, por eventuais erros de transcrição cometidos pelo leitor.

6.10.2. O candidato amblíope deverá indicar sua condição, informando, no Formulário de Inscrição, se deseja que sua prova seja confeccionada de forma ampliada. Neste caso, será oferecida prova com tamanho de letra correspondente a corpo 24.

6.10.3. O candidato com dificuldade de locomoção deverá indicar sua condição, informando, no Requerimento de Inscrição, se utiliza cadeira de rodas ou se necessita de local de fácil acesso.

6.10.4. O candidato que necessitar de condições especiais para escrever deverá indicar sua condição, informando no Requerimento de Inscrição, que necessita de auxílio para transcrição das respostas. Neste caso, o candidato terá o auxílio de um fiscal, não podendo a FUNRIO ser responsabilizada por parte do candidato, sob qualquer alegação, por eventuais erros de transcrição cometidos pelo fiscal.

6.10.5. O candidato deverá informar a(s) condição(ões) especial(ais) de que necessita, caso não seja qualquer uma das mencionadas nos subitens 6.10.1 ao 6.10.4 deste Edital.

6.10.6. A candidata que tiver a necessidade de amamentar no dia da prova deverá levar um acompanhante, que ficará com a guarda da criança em local reservado e diferente do local de prova da candidata. A amamentação dar-se-á nos momentos em que se fizer necessária, não tendo a candidata, nesse momento, a companhia do acompanhante, além de não ser dado qualquer tipo de compensação em

relação ao tempo de prova dispensado com a amamentação. A não presença de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

6.10.7. As condições especiais solicitadas pelo candidato para o dia da prova serão analisadas e atendidas, segundo critérios de viabilidade e razoabilidade, sendo comunicado do atendimento ou não de sua solicitação quando da Confirmação da Inscrição.

6.11. O candidato, ao efetivar sua inscrição, assume inteira responsabilidade pelas informações prestadas para preenchimento do Requerimento de Inscrição, sob as penas da lei, bem como assume que está ciente e de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital, do qual o candidato não poderá alegar desconhecimento.

6.12. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes do Requerimento de Inscrição determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes dela, em qualquer época, assumindo o candidato as possíveis consequências legais.

6.13. O candidato somente será considerado inscrito no Concurso Público após ter cumprido todas as instruções descritas no item 6 deste Edital e todos os seus subitens.

7. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

7.1. As inscrições efetuadas de acordo com o disposto no item 6 deste Edital serão homologadas pela FUNRIO, significando que o candidato está habilitado para participar do Concurso Público.

7.2. A relação preliminar dos candidatos com a inscrição homologada será divulgada no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, em data prevista no cronograma existente neste mesmo endereço.

7.3. As informações referentes à data, horário, tempo de duração e local de realização da prova (nome do estabelecimento, endereço e sala), assim como as orientações para realização das provas, estarão disponível no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, em data prevista no cronograma existente neste mesmo endereço.

7.3.1. Estas informações poderão ser obtidas na consulta da inscrição do candidato, bastando para tal acessar o endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Principal, e preencher Nome, CPF e Data de Nascimento, em data prevista no cronograma existente neste mesmo endereço.

7.4. Erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados apenas no dia de realização da prova, na sala de prova, junto ao fiscal.

7.5. Não é necessária a apresentação, no dia de realização da prova, de documento que comprove a localização do candidato no estabelecimento de realização de prova, bastando que o mesmo se dirija ao local designado portando documento de identificação original com fotografia.

7.6. É de responsabilidade do candidato a obtenção de informações referentes à realização da prova.

7.7. O candidato não poderá alegar desconhecimento do local da prova como justificativa de sua ausência. O não comparecimento à prova, qualquer que seja o motivo, será considerado como desistência do candidato, e resultará em sua eliminação do Concurso Público.

8. DA PROVA OBJETIVA

8.1. A prova objetiva será composta de questões do tipo múltipla escolha, sendo que cada questão conterà 5 (cinco) opções de resposta e somente uma correta.

8.2. A quantidade de questões por disciplina, o valor de cada questão por disciplina, o total de pontos da disciplina e o mínimo de pontos por disciplina para aprovação estão descritos no Anexo V deste Edital.

8.3. Os conteúdos programáticos para a prova objetiva encontram-se disponíveis no Anexo VI deste Edital.

9. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

9.1. A prova objetiva será realizada nas cidades constantes do Anexo III deste Edital, na data prevista de 13 de outubro de 2013, no período da manhã.

9.1.1. Caso a oferta de lugares adequados em determinada cidade seja insuficiente para acomodar os candidatos inscritos para realizar a prova nesta cidade, a FUNRIO poderá alocá-los em cidades próximas, não assumindo qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.

9.2. A data definitiva da realização da prova será divulgada por meio de Edital específico no Diário Oficial da União em data prevista no cronograma existente no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, nas guias Publicações e Cronogramas, e estará disponível neste mesmo endereço.

9.2.1. Caso haja alteração da data prevista para a realização da prova objetiva, fica válida, para todos os efeitos legais, a comunicação feita no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações.

9.3. A critério da FUNRIO, poderá, em caso fortuito ou de força maior, ser concedida tolerância no horário de fechamento dos portões.

9.4. O início da prova ocorrerá após o fechamento dos portões e assim que os candidatos encontrarem-se em seu local de prova, sendo respeitado o tempo estipulado para realização da prova independentemente do horário de início da mesma.

9.5. A FUNRIO poderá utilizar sala(s) extra(s) nos locais de aplicação da prova, alocando e remanejando candidatos para essa(s) conforme as necessidades.

9.6. O candidato deverá comparecer ao local designado para prestar as provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário estabelecido para o início das mesmas, munido de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta e de documento oficial e original de identidade, contendo foto e assinatura, devendo este ser apresentado ao fiscal de sala, conferido pelo mesmo e imediatamente devolvido ao candidato.

9.6.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; e carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

9.6.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo, sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade.

9.6.3. Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticados, nem protocolos de entrega de documentos.

9.7. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e de sua assinatura.

9.7.1. O candidato será submetido à identificação especial caso seu documento oficial de identidade apresente dúvidas quanto à fisionomia ou assinatura.

9.7.2. O candidato que não apresentar documento oficial de identidade não realizará a prova.

9.7.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar documento oficial de identidade, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que comprove o registro do fato em órgão policial, expedido no máximo há 30 (trinta) dias, sendo o candidato submetido à identificação especial.

9.8. É vedado ao candidato prestar a prova fora do local, data e horário pré-determinados pela organização do Concurso Público.

9.9. Não será admitido o ingresso de candidatos no local de realização da prova após o fechamento dos portões.

9.10. Não será permitida, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos, nem a utilização de anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive consulta a livros, legislação simples e comentada ou anotada, a súmulas, a livros doutrinários e a manuais.

9.11. Não será permitido, durante a realização da prova, o uso de ~~celulares~~, calculadoras, qualquer tipo de relógio com mostrador digital, bem como quaisquer equipamentos que permitam o armazenamento ou a comunicação de dados e informações. Caso o candidato leve consigo esses tipos de aparelhos no dia de realização da prova, os mesmos serão lacrados em sacos e devolvidos aos candidatos.

9.11.1. Não realizará a prova o candidato que se apresentar ao local de prova portando arma.

9.11.2. Não será permitido ao candidato fumar.

9.11.3. Não haverá segunda chamada para a prova, independentemente do motivo alegado.

9.11.4. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude do afastamento do candidato da sala onde está sendo realizada a mesma.

9.12. No dia de realização da prova não será fornecida, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova, ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação desta.

9.13. O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a folha de respostas da prova objetiva, que será o único documento válido para a correção. O preenchimento da folha de

respostas da prova objetiva é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas na capa do caderno de questões. Não haverá substituição da folha de respostas da prova objetiva por erro do candidato.

9.14. Será atribuída pontuação zero à questão da prova objetiva que contiver mais de uma ou nenhuma resposta assinalada, ou que contiver emenda ou rasura.

9.15. Não será permitido que as marcações na folha de respostas da prova objetiva sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso do candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um agente da FUNRIO devidamente treinado.

9.16. Por motivo de segurança, os procedimentos a seguir serão adotados:

a) após ser identificado e entrar na sala de prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala de prova, só podendo fazê-lo após o início da prova, devidamente acompanhado de um fiscal.

b) o candidato somente poderá retirar-se do local de realização da prova após a primeira hora do início da mesma.

c) ao candidato somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o término da prova.

d) será terminantemente vedado ao candidato copiar seus assinalamentos feitos na folha de respostas da prova objetiva.

e) ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o caderno de questões e a folha de respostas da prova objetiva devidamente assinada, ressalvado o disposto na alínea "c"; e

f) os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto.

9.17. Por motivo de segurança, a FUNRIO procederá no ato da aplicação da prova, à coleta da impressão digital de cada candidato, sendo a mesma recolhida no ato de sua apresentação para posse, de forma que estas possam ser confrontadas.

9.18. Por motivo de segurança, a FUNRIO poderá solicitar que o candidato transcreva, no ato da aplicação da prova, em letra cursiva, de próprio punho, um texto apresentado, sendo que, no ato de sua apresentação para posse, o mesmo texto deverá ser reproduzido para confrontação com o texto transcrito durante a prova.

9.19. Será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que, durante a realização da prova:

a) usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais no Concurso Público;

b) for surpreendido dando ou recebendo auxílio;

c) for surpreendido durante o período de realização de sua prova portando (carregando consigo, levando ou conduzindo) armas ou aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, qualquer tipo de relógio com mostrador digital, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, controle de alarme de carro, etc), quer seja na sala de prova ou nas dependências do seu local de prova;

d) utilizar-se de máquinas de calcular ou equipamentos similares, livros, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos, telefone celular, gravador, receptor ou *pager*, ou que se comunicar com outro candidato;

e) faltar com a devida urbanidade para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, com as autoridades presentes ou candidatos;

f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas da prova objetiva, em qualquer meio;

g) afastar-se da sala ou do local de prova, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

h) ausentar-se da sala de prova, durante o período de realização de sua prova, portando a folha de respostas da prova objetiva, o caderno de questões ou quaisquer equipamentos eletrônicos;

i) descumprir as instruções contidas no caderno de questões e na folha de respostas da prova objetiva;

j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

k) não permitir a coleta da digital, no procedimento descrito no subitem 9.17 deste Edital ou não efetuar a transcrição do texto apresentado caso seja utilizado o procedimento descrito no subitem 9.18 deste Edital;

l) quando, após a prova, for constatado - por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou qualquer meio em Direito admitido - ter o candidato se utilizado de processos ilícitos.

10. DOS RECURSOS

10.1. No caso do recurso contra a relação preliminar das inscrições homologadas, admitir-se-á um único recurso, para cada candidato, desde que devidamente fundamentado.

10.2. No caso do recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva, admitir-se-á, para cada candidato, um único recurso por questão, relativamente ao gabarito, à formulação ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado.

10.2.1. Após o julgamento dos recursos interpostos a comissão examinadora poderá efetuar alterações ou anular questões do gabarito preliminar.

10.2.2. Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não obtiveram os pontos na correção inicial.

10.2.3. Após o julgamento dos recursos, na hipótese de alteração do gabarito de alguma questão, a prova objetiva será recorrigida com o novo gabarito da questão.

10.3. No caso do resultado preliminar da prova objetiva, admitir-se-á o pedido de recontagem da pontuação atribuída.

10.3.1. A vista da folha de respostas da prova objetiva será disponibilizada no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Principal, em período informado no cronograma existente neste mesmo endereço. O candidato poderá verificar sua folha de respostas da prova objetiva bastando acessar o endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Principal, e preencher Nome, CPF e Data de Nascimento.

10.4. Os recursos deverão ser solicitados no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Principal, em período informado no cronograma disponível neste mesmo endereço, a partir das 10h do primeiro dia do prazo para recurso até as 17h do último dia do prazo para recurso. O candidato poderá solicitar o recurso bastando acessar o endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Principal, e preencher Nome, CPF e Data de Nascimento.

10.5. Não será analisado o pedido de recurso apresentado fora do prazo, fora de contexto e de forma diferente da estipulada neste Edital.

10.6. O resultado dos recursos, assim como as alterações de gabaritos das provas objetivas e as alterações das notas preliminares das provas objetivas, que vierem a ocorrer após julgamento dos recursos, estarão à disposição dos candidatos no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, em período informado no cronograma do concurso neste mesmo endereço.

10.6.1. As notas obtidas por intermédio do julgamento do recurso impetrado contra o resultado preliminar da prova objetiva poderão permanecer inalteradas, sofrer acréscimos ou até mesmo reduções, em relação à nota divulgada preliminarmente.

10.7. A decisão final da comissão examinadora será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

11. DA CLASSIFICAÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

11.1. A nota final do Concurso Público será a nota da prova objetiva.

11.2. Os candidatos considerados aprovados na prova objetiva serão ordenados e classificados por formação/Superintendência Regional ou Administração Central/tipo de vaga (vaga de ampla concorrência ou vaga reservada para candidatos com deficiência), conforme a opção escolhida, segundo a ordem decrescente da nota final do Concurso Público.

11.3. Em caso de igualdade na nota final do Concurso Público, para fins de classificação, para as formações Estatística (código ESTAT), Ciências Contábeis (código CONTA), Administração (código ADMIN), Engenharia Civil (código CIVIL), Engenharia Mecânica (código MECAN), Engenharia Elétrica (código ELETR), Engenharia de Telecomunicações (TELEC), Engenharia com especialização em Segurança do Trabalho (código SEGUR), Arquitetura (código ARQUI), Tecnologia da Informação (código TEINF), Terapia Ocupacional (código TERAP), Pedagogia (código PEDAG), Psicologia (código PSICO), Jornalismo (código JORNA), Publicidade e Propaganda (código PUBLI) e Fisioterapia (código FISIO), na situação em que nenhum dos candidatos empatados possua idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completos até o último dia de inscrição, o desempate se fará da seguinte forma:

- 1º) maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- 2º) maior nota nas questões de Noções de Direito Previdenciário;
- 3º) maior nota nas questões de Língua Portuguesa;
- 4º) maior nota nas questões de Noções de Direito Administrativo;
- 5º) maior idade;

6º) exercício efetivo da função de jurado na forma do art. 440 da Lei nº 11.689, de 09 de junho de 2008.

11.4. Em caso de igualdade na nota final do Concurso Público, para fins de classificação, para formações Estatística (código ESTAT), Ciências Contábeis (código CONTA), Administração (código ADMIN), Engenharia Civil (código CIVIL), Engenharia Mecânica (código MECAN), Engenharia Elétrica (código ELETR), Engenharia de Telecomunicações (TELEC), Engenharia com especialização em Segurança do Trabalho (código SEGUR), Arquitetura (código ARQUI), Tecnologia da Informação (código TEINF), Terapia Ocupacional (código TERAP), Pedagogia (código PEDAG), Psicologia (código PSICO), Jornalismo (código JORNA), Publicidade e Propaganda (código PUBLI) e Fisioterapia (código FISIO), na situação em que pelo menos um dos candidatos empatados possua idade igual ou superior a (sessenta) anos, completos até o último dia de inscrição, o desempate se fará da seguinte forma:

- 1º) maior idade dentre os de idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
- 2º) maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- 3º) maior nota nas questões de Noções de Direito Previdenciário;
- 4º) maior nota nas questões de Língua Portuguesa;
- 5º) maior nota nas questões de Noções de Direito Administrativo;
- 6º) maior idade dentre os de idade inferior a 60 (sessenta) anos;
- 7º) exercício efetivo da função de jurado na forma do art. 440 da Lei nº 11.689, de 09 de junho de 2008.

11.5. Em caso de igualdade na nota final do Concurso Público, para fins de classificação, para formação Direito (código DIREI), na situação em que nenhum dos candidatos empatados possua idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completos até o último dia de inscrição, o desempate se fará da seguinte forma:

- 1º) maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- 2º) maior nota nas questões de Língua Portuguesa;
- 3º) maior nota nas questões de Noções de Informática;
- 4º) maior idade;
- 5º) exercício efetivo da função de jurado na forma do art. 440 da Lei nº 11.689, de 09 de junho de 2008.

11.6. Em caso de igualdade na nota final do Concurso Público, para fins de classificação, para formação Direito (código DIREI), na situação em que pelo menos um dos candidatos empatados possua idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completos até o último dia de inscrição, o desempate se fará da seguinte forma:

- 1º) maior idade dentre os de idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
- 2º) maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- 3º) maior nota nas questões de Língua Portuguesa;
- 4º) maior nota nas questões de Noções de Informática;
- 5º) maior idade dentre os de idade inferior a 60 (sessenta) anos;
- 6º) exercício efetivo da função de jurado na forma do art. 440 da Lei nº 11.689, de 09 de junho de 2008.

11.7. Em caso de igualdade na nota final do Concurso Público, para fins de classificação, para formação Letras (código LETRA), na situação em que nenhum dos candidatos empatados possua idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completos até o último dia de inscrição, o desempate se fará da seguinte forma:

- 1º) maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- 2º) maior nota nas questões de Noções de Direito Previdenciário;
- 3º) maior nota nas questões de Noções de Direito Constitucional;
- 4º) maior nota nas questões de Noções de Direito Administrativo;
- 5º) maior idade;
- 6º) exercício efetivo da função de jurado na forma do art. 440 da Lei nº 11.689, de 09 de junho de 2008.

11.8. Em caso de igualdade na nota final do Concurso Público, para fins de classificação, para formação Letras (código LETRA), na situação em que pelo menos um dos candidatos empatados possua idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completos até o último dia de inscrição, o desempate se fará da seguinte forma:

- 1º) maior idade dentre os de idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

- 2º) maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
 3º) maior nota nas questões de Noções de Direito Previdenciário;
 4º) maior nota nas questões de Noções de Direito Constitucional;
 5º) maior nota nas questões de Noções de Direito Administrativo;
 6º) maior idade dentre os de idade inferior a 60 (sessenta) anos;
 7º) exercício efetivo da função de jurado na forma do art. 440 da Lei nº 11.689, de 09 de junho de 2008.

12. DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. O resultado final do Concurso Público e a homologação do mesmo serão publicados no Diário Oficial da União e no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações.

12.1.1. A homologação do resultado final do Concurso Público será feita considerando-se o disposto no art. 16 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

12.2. O INSS homologará e publicará no Diário Oficial da União a relação dos candidatos aprovados no certame, classificados de acordo com o Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, por ordem de classificação.

12.3. Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no concurso público.

12.4. O número máximo de aprovados por formação/Superintendência Regional ou Administração Central, está indicado conforme quadro abaixo, correspondente ao limite máximo permitido pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009:

Quantidade de vagas x número máximo de candidatos aprovados

Quantidade de vagas previstas no edital por cargo/formação/Superintendência Regional ou Administração Central	Número máximo de candidatos aprovados
1	5
2	9
3	14
4	18
5	22
6	25
7	29
8	32
9	35
10	38
11	40
12	42
13	45
14	47
15	48
16	50
17	52
18	53
19	54
20	56
21	57
22	58
23	58
24	59
25	60
26	60
27	60
28	60
29	60

Quantidade de vagas previstas no edital por cargo/formação/Superintendência Regional ou Administração Central	Número máximo de candidatos aprovados
30 ou mais	duas vezes o número de vagas

12.5. Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados serão considerados reprovados nos termos do § 3º do art. 16 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

13. DA CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DA LOCALIDADE DE VAGA.

13.1. Os candidatos homologados para as Superintendências Regionais serão convocados para escolha das vagas existentes, durante o prazo de validade do Concurso Público, nas unidades subordinadas às Superintendências Regionais, constantes do Anexo II deste Edital, conforme alínea “b” do subitem 6.7 deste Edital, observando-se o seguinte:

13.1.1. Os candidatos poderão ser lotados em quaisquer unidades subordinadas às Superintendências Regionais para qual concorre, de acordo com o interesse da administração.

13.1.2. A convocação para escolha de vagas obedecerá os procedimentos a serem definidos em ato específico.

13.1.3. A escolha de vagas dos candidatos obedecerá a ordem de classificação da lista de candidatos de ampla concorrência e de candidatos com deficiência, com prioridade de escolha pelos candidatos com deficiência.

14. DA NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

14.1. O candidato cujo nome conste na relação de homologação do resultado final do Concurso Público, classificado dentro da quantidade de vagas oferecidas, será nomeado durante o período de validade do concurso, obedecendo à estrita ordem de classificação.

14.2. O candidato nomeado que não se apresentar no local e prazo estabelecidos será eliminado do Concurso Público.

14.3. Os exames médicos solicitados para a realização da inspeção médica oficial serão realizados pelo candidato às suas expensas.

14.4. A regulamentação da inspeção médica oficial e os exames médicos a serem apresentados serão informados quando da convocação do candidato.

14.5. O candidato considerado inapto na inspeção médica oficial estará impedido de tomar posse e terá seu ato de nomeação tornado sem efeito.

14.6. A posse dar-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial da União, sendo tornada sem efeito a nomeação dos candidatos que não tomarem posse no referido prazo.

14.7. Quando da apresentação da documentação, todos os pré-requisitos deverão estar atendidos, conforme estabelecido no subitem 3.1. deste Edital.

14.8. A apresentação de candidato para a escolha de vagas, nomeação, posse e exercício dar-se-á sempre às suas expensas.

14.9. Caberá ao candidato convocado a preencher vaga em localidade diversa de seu domicílio, arcar com as despesas de sua transferência.

14.10. Os candidatos cujos nomes constem na relação de homologação do resultado final do Concurso Público, não nomeados, excedentes às vagas ofertadas, serão mantidos em cadastro durante o prazo de validade do Concurso Público.

14.11. Não havendo candidato homologado, para determinada formação/Superintendência Regional ou Administração Central, o INSS, no interesse da Administração, poderá remanejar a vaga não preenchida para outra Superintendência Regional ou Administração Central onde haja candidato homologado.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O candidato poderá obter informações e orientações sobre o Concurso Público tais como Editais, processo de inscrição, local de prova, gabaritos, resultados das provas, resultados dos recursos, cronograma, convocações, resultados das etapas e resultado final no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso.

15.1.1. Os candidatos poderão encaminhar suas dúvidas para concurso.inss@funrio.org.br.

15.2. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação em Diário Oficial da União.

15.3. Será considerada a legislação atualizada até a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos até esta data na avaliação na prova objetiva.

15.4. O prazo de validade do Concurso Público será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano, contado a partir da data de homologação do resultado final.

15.5. Todas as informações relativas à nomeação e posse, após a publicação do resultado final, deverão ser obtidas na sede do Instituto Nacional do Seguro Social.

15.6. Os candidatos aprovados e classificados neste Concurso Público devem manter atualizados seus endereços junto ao e-mail institucional: ddc@inss.gov.br, ou por correspondência enviada ao endereço Edifício Sede do INSS - SAS, Quadra 2, Bloco "O", CEP-70.070-907, Brasília-DF, sendo de sua responsabilidade os prejuízos decorrentes da não atualização desta informação.

15.7. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo INSS e pela FUNRIO no que tange à realização deste Concurso Público.

15.8. Ressalvadas as hipóteses previstas na legislação pertinente, ao candidato convocado para a posse, não será permitido o adiamento da investidura no cargo, sendo eliminado do Concurso Público o candidato que, por qualquer motivo, não tomar posse quando convocado.

15.9. Após a nomeação, a posse e o exercício, o servidor cumprirá estágio probatório, nos termos do artigo 20 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações posteriores.

15.10. Durante o estágio probatório o servidor não poderá solicitar remoção ou redistribuição, nos termos dos artigos 36 e 37 da Lei n.º 8.112, de 12 de dezembro de 1990, respectivamente.

Brasília, 9 de agosto de 2013
CÍNARA WAGNER FREDO
Presidente do INSS – Substituto

Anexo I – Postos de Inscrição

Cidade	Local
Anápolis – GO	Fox Lan House - Av. Belo Horizonte Qd. 08 Lt. 11 Salas 04/05 - Vila Dona Maria
Aracajú – SE	Microlins - Av. Barão de Maruim, 83 - Centro
Araçatuba – SP	Sebo Dom Quixote - Rua Oswaldo Cruz, 60 - Centro
Araraquara – SP	Microlins - Avenida São Paulo, 271 - Centro
Barbacena – MG	Original System - Rua Getúlio Vargas, 25 - Centro
Barreiras – BA	Elite Lan House - Rua Dom Pedro II, 638 - Sandra Regina
Bauru – SP	Microlins – Rua Araújo Leite, 13-04 - Centro
Belém – PA	Microlins - Av. Alcindo Cacela, 829 - Umarizal
Belo Horizonte – MG	A ser divulgado em 14/08
Blumenau – SC	Cybergen Lanhouse - R. Sete de Setembro, 1995 - Centro
Boa Vista – RR	A ser divulgado em 14/08
Brasília - DF	Instituto Mix de Profissões - Avenida Central Bloco 790/796 - Loja 01 - Núcleo Bandeirante
Campina Grande – PB	Connect lan House - Rua Rômulo Campos, 48 - Centro
Campinas – SP	Microlins – Rua Abolição, 2034 - Ponte Preta
Campo Grande – MS	Microlins – Rua Marechal Rondon, 1780 - Centro
Campos dos Goytacazes – RJ	Papel.com Lan House - Rua Coronel Germano de Castro, 51 - Parque São Caetano
Canoas – RS	A ser divulgado em 14/08
Caruaru – PE	Meet Coworking - Rua Silvino Macedo, 209 - Centro
Cascavel – PR	Cyber Com Lan House - Rua Fortaleza, 2180 - Centro
Caxias do Sul – RS	Cyber Fox - Rua Bento Gonçalves, 1656 - Centro
Chapecó – SC	Microlins - A. Nereu Ramos, 183 D - Centro
Contagem – MG	MR@NET – Av. João César de Oliveira, 1275 Quiosque QM-79 - B - Eldorado
Criciúma – SC	Net 4 Fun – Rua Borba Gato, 134 - Centro
Cuiabá – MT	Original Papelaria – Av. Mato Grosso, 280 – Araés
Curitiba – PR	Planet Internet - Av. Sete de Setembro, 3056 - Centro
Diamantina – MG	Conexão Online Lan House - Rua Augusto Nelson, 116 - Centro
Divinópolis – MG	Monsther Lan House - Rua Rio Grande do Sul, 777 - Centro
Dourados – MS	Microlins – Rua João Cândido da Câmara, 675 - Centro
Duque de Caxias – RJ	RD Informática - Praça Bahia, 32 sala 203 - Santa Cruz da Serra
Feira de Santana – BA	Meha House - Rua São João do Meriti, 84 - Campo Limpo
Florianópolis – SC	Microlins – Rua Alvaro de Carvalho, 120 - Centro
Fortaleza – CE	Microlins – Rua Floriano Peixoto, 1040 - Centro
Garanhuns – PE	Microlins – Rua Dom José, 81 - Centro
Goiânia – GO	Microlins - Av. 85, 160 - Setor Sul
Governador Valadares – MG	Web Lan House - Rua Marechal Floriano, 2452 - Bairro de Lourdes
Guarapuava - PR	Elifaz Cyber & Serviços - Rua Saldanha Marinho, 1965 - Centro
Guarulhos – SP	Lan House Digital.Net - Rua Souto Soares, 116 - Lavras
Ijuí – RS	Work Game Lan House - Rua do Comércio, 344 - Centro
Imperatriz – MA	Microlins – Rua Pernambuco, 897 - Centro
Itabuna – BA	Acesso Net Lan House - Shopping Jequitibá Itabuna - Góes Calmon
João Pessoa – PB	Microlins - Av. Dom Pedro II, 601- Centro
Joinville – SC	Microlins – Rua do Príncipe, 429 andar 1 sala 114 - Centro
Juazeiro – BA	Microlins – Rua Mundo Novo, 165 andar 1 - Centro
Juazeiro do Norte – CE	Speed Game Cyber Café - Rua Leão Sampaio, 13 - Triângulo
Juiz de Fora – MG	Microlins – Rua Halfeld, 316 - Centro
Jundiaí – SP	Microlins – Rua Vigário J. J. Rodrigues, 634 - Vila Arens e Vila Progresso
Londrina – PR	Microlins - Av. Leste Oeste, 1434 - Centro
Macapá – AP	Microlins - Av. Presidente Vargas, 1489 - Centro
Maceió – AL	Microlins – Rua Comendador Palmeira, 596 - Farol
Manaus – AM	Malv Lan House - Rua 7, 275 - Parque 10
Marília – SP	Microlins - Av. das Esmeraldas, 1225 – Jardim Tropical
Maringá – PR	Microlins - Av. Paraná, 692 - sobreloja 01 - Zona 01
Montes Claros – MG	Microlins – Rua Coronel Joaquim Costa, 380 - Centro
Mossoró – RN	A ser divulgado em 14/08
Natal – RN	Microlins - Av. Bacharel Tomaz Landim 04F - Igapó
Niterói – RJ	Hugh Score Informática - Rua José Clemente, 44 - Centro
Novo Hamburgo – RS	Colégio 25 de Julho - Rua José Patrocínio, 730 - Rio Branco
Osasco – SP	C4 Lan House - Av. D. Pedro I , 591 - Bela Vista
Ouro Preto – MG	Raitai Lan House - Rua Paraná, 100 - Centro
Palmas – TO	Tecinfo - Av. I quadra 118 lote 15 sala 2 - Aurení
Passo Fundo – RS	Microlins – Rua Bento Gonçalves, 641 sala 01 - Centro
Pelotas – RS	Microlins - Parque Dom Antônio Zattera, 29 - Centro
Petrolina – PE	Spaçonet Lan e Informática (Siberian) - Rua Polônia, 48 - Areia Branca

Cidade	Local
Petrópolis – RJ	Lan House Trilha Zero - Estrada União e Indústria 9500 Loja 06 - Itaipava
Piracicaba – SP	Lan House Takaki - Rua do Rosário, 2656 Loja 3 - Bairro Paulista
Poços de Caldas – MG	Info Club Lan House - Rua Rio Grande do Sul, 788 2º andar - Centro
Ponta Grossa – PR	A ser divulgado em 14/08
Porto Alegre – RS	Express Infotec - Rua Lopo Gonçalves, 382 - Cidade Baixa
Porto Velho – RO	A ser divulgado em 14/08
Presidente Prudente – SP	Microlins - Av. Cel. José Soares Marcondes, 353 - Vila Maristela
Recife – PE	Microlins - Avenida Conde da Boa Vista, 1583 - Boa Vista
Ribeirão Preto – SP	Digitalrp - Rua Bernardino de Campos, 703 - Centro
Rio Branco – AC	Jr Jack House - R. Seis de Agosto, 220 - Seis de Agosto
Rio de Janeiro – RJ	A ser divulgado em 14/08
Salvador – BA	A ser divulgado em 14/08
Santa Maria – RS	Copy & Art - Rua Appel, 840 sala 1 - Centro
Santo André – SP	Microlins – Rua Bernardino de Campos, 340 - Centro
Santo Antonio de Jesus – BA	A ser divulgado em 14/08
Santos – SP	Orion Lan House - Rua Maranhão, 54 - José Menino
São Bernardo do Campo – SP	A ser divulgado em 14/08
São João da Boa Vista – SP	A ser divulgado em 14/08
São José do Rio Preto – SP	Microlins – Rua Antônio de Godoy, 3277 - Centro
São José dos Campos – SP	Copia & Cia Gráfica e Informática - Av. Elísio Galdino Sobrinho, 337 - Jardim Morumbi
São Luís – MA	A ser divulgado em 14/08
São Paulo – SP	Microlins - Av. Rio das Pedras, 1673 - Jardim Araicanduva
Sinop – MT	Microlins - Av. das Itaúbas, 3398 - Centro
Sobral – CE	Elite Informática - Rua Cel. Mont'Alverne, 333 - Centro
Sorocaba – SP	Space.com - Praça Coronel Joaquim Estanislau de Arruda, 138 - Além Ponte
Taubaté – SP	A ser divulgado em 14/08
Tefé – AM	Centro Educacional Gov. Gilberto Mestrinho - Estrada do Aeroporto, 1241 - São Francisco
Teófilo Otoni – MG	Playnet - Rua Adalberto Hollerbach, 88 - São Jacinto
Teresina – PI	Microlins - Av. Frei Serafim, 2138
Uberaba – MG	Vibenet Lan House - Rua João Pinheiro, 2270 - Boa Vista
Uberlândia – MG	C4 Lan House - Av. Belarmino Cotta Pacheco, 114 Loja 3 - Santa Mônica
Uruguaiana – RS	Viacyber – Rua Bento Martins, 2631 - Centro
Varginha – MG	Noturno Cyber Games - Rua Doutor Jose Biscaro, 90 - Centro
Vitória – ES	Anix Lan House - Rua José Celso Claudio, 590 Loja 05 - Jardim Camburi
Vitoria da Conquista – BA	Microlins – Rua Ascendino Melo, 166 andar 2 - Centro
Volta Redonda – RJ	A ser divulgado em 14/08

Anexo II – Quadro de Vagas

Identifique aqui a distribuição de vagas para cada formação por Superintendência Regional ou Administração Central

AC = ampla concorrência

PD = pessoa com deficiência

Formação	Superintendência Regional Sudeste I – Sede São Paulo		Superintendência Regional Sudeste II – Sede belo Horizonte		Superintendência Regional Sul – Sede Florianópolis		Superintendência Regional Nordeste – Sede Recife		Superintendência Regional Norte Centro-Oeste – Sede Brasília		Administração Central – Sede Brasília		Total		
	AC	PD	AC	PD	AC	PD	AC	PD	AC	PD	AC	PD	AC	PD	
Estatística (código ESTAT)												5	1	5	1
Ciências Contábeis (código CONTA)	2		3		2		6	1	3	1	7	1	23	3	
Direito (código DIREI)	9	1	4	1	3	1	3		3		5	1	27	4	
Administração (código ADMIN)	6	1	6	1	9	1	3		3	1	24	2	51	6	
Engenharia Civil (código CIVIL)	3		6	1	6	1	5	1	5	1	2		27	4	
Engenharia Mecânica (código MECAN)	2		2		2		3	1	4		1		14	1	
Engenharia Elétrica (código ELETR)	2		2		2		3		3		1		13		
Engenharia de Telecomunicações (TELEC)	1		1		2		1		1		1		7		
Engenharia com especialização em Segurança do Trabalho (código SEGUR)	1		1		2		1		1		1		7		
Arquitetura (código ARQUI)	1		2		1		2		2		1		9		
Tecnologia da Informação (código TEINF)	2		2		2		2		2		15	1	25	1	
Terapia Ocupacional (código TERAP)	2		4		2		2		2		1		13		
Pedagogia (código PEDAG)	1		1		1		1		1		2		7		
Psicologia (código PSICO)	6	1	3		3	1	4		4		2		22	2	
Jornalismo (código JORNA)							1				1		2		
Publicidade e Propaganda (código PUBLI)											1		1		
Fisioterapia (código FISIO)	3	1	4	1	4		5	1	4	1			20	4	
Letras (código LETRA)											1		1		

Unidades subordinadas a cada Superintendência Regional

Unidades subordinadas à Superintendência Regional Sudeste I – Sede São Paulo	Unidades subordinadas à Superintendência Regional Sudeste II – Sede Belo Horizonte	Unidades subordinadas à Superintendência Regional Sul – Sede Florianópolis	Unidades subordinadas à Superintendência Regional Nordeste – Sede Recife	Unidades subordinadas à Superintendência Regional Norte Centro-Oeste – Sede Brasília
1 - Super Reg Sudeste I	1 - Super Reg Sudeste II	1 - Super Reg Sul	1 - Super Reg Nordeste	1 - Super Reg Norte Centro-Oeste
2 - Auditoria Regional São Paulo	2 - Gex-Vitória	2 - Gex-Maringá	2 - PFE/INSS em Recife	2 - Gex-Manaus
3 - Gex-São Paulo Centro	3 - Gex-Belo Horizonte	3 - Gex-Ponta Grossa	3 - PFE/INSS em Fortaleza	3 - Corregedoria Regional em Manaus
4 - Gex-São Paulo Norte	4 - Gex-Barbacena	4 - Gex-Curitiba	4 - PFE/INSS em João Pessoa	4 - Gex-Tefé
5 - Gex-São Paulo Sul	5 - Gex-Contagem	5 - Gex-Cascavel	5 - Gex-Maceió	5 - Gex-Campo Grande
6 - Gex-São Paulo Leste	6 - Gex-Divinópolis	6 - Gex-Londrina	6 - Gex-Salvador	6 - Gex-Sinop
7 - Gex-Araçatuba	7 - Gex-Governador Valadares	7 - Gex-Porto Alegre	7 - Gex-Barreiras	7 - Gex-Dourados
8 - Gex-Araraquara	8 - Gex-Juiz de Fora	8 - Gex-Ijuí	8 - Gex-Itabuna	8 - Gex-Anápolis
9 - Gex-Bauru	9 - Gex-Montes Claros	9 - Gex-Passo Fundo	9 - Gex-Juazeiro	9 - Gex-Goiânia
10 - Gex-Campinas	10 - Gex-Ouro Preto	10 - Gex-Pelotas	10 - Gex-Santo Antonio de Jesus	10 - Gex-Cuiabá
11 - Gex-Guarulhos	11 - Gex-Poços de Caldas	11 - Gex-Santa Maria	11 - Gex-Feira de Santana	11 - Gex-Belém
12 - Gex-Jundiá	12 - Gex-Uberaba	12 - Gex-Uruguaiana	12 - Gex-Vitória da Conquista	12 - Gex-Distrito Federal
13 - Gex-Marília	13 - Gex-Uberlândia	13 - Gex-Novo Hamburgo	13 - Gex-Fortaleza	13 - Gex-Rio Branco
14 - Gex-Osasco	14 - Gex-Varginha	14 - Gex-Canoas	14 - Gex-Juazeiro do Norte	14 - Gex-Macapá
15 - Gex-Piracicaba	15 - Gex-Diamantina	15 - Gex-Caxias do sul	15 - Gex-Sobral	15 - Gex-Porto Velho
16 - Gex-Presidente Prudente	16 - Gex-Teófilo Otoni	16 - Gex-Florianópolis	16 - Gex-São Luis	16 - Gex-Boa Vista
17 - Gex-Ribeirão Preto	17 - Gex-Rio de Janeiro Centro	17 - Gex-Blumenau	17 - Gex-Imperatriz	17 - Gex-Palmas
18 - Gex-Santo André	18 - Gex-Rio de Janeiro Norte	18 - Gex-Chapecó	18 - Gex-João Pessoa	18 - Gex-Marabá
19 - Gex-Santos	19 - Gex-Campos dos Goytacazes	19 - Gex-Criciúma	19 - Gex-Campina Grande	19 - Gex-Santarém
20 - Gex-São Bernardo do Campo	20 - Gex-Duque de Caxias	20 - Gex-Joinville	20 - Gex-Garanhuns	
21 - Gex-São João da Boa Vista	21 - Gex-Niterói	21 - Gex-Guarapuava	21 - Gex-Petrolina	
22 - Gex-São José do Rio Preto	22 - Gex-Petrópolis	22 - Gex-Lages	22 - Gex-Recife	
23 - Gex-São José dos Campos	23 - Gex-Volta Redonda		23 - Gex-Caruaru	
24 - Gex-Sorocaba			24 - Gex-Teresina	
25 - Gex-Taubaté			25 - Gex-Natal	
			26 - Gex-Mossoró	
			27 - Gex-Aracajú	
			28 - Gex-Arapiraca	
			29 - Gex-Crateús	
			30 - Gex-Caxias	
			31 - Gex-Picos	

Anexo III – Cidades de Prova

Cidade	Cidade	Cidade	Cidade
Anápolis – GO	Diamantina – MG	Maringá – PR	Santa Maria – RS
Aracajú – SE	Divinópolis – MG	Montes Claros – MG	Santo André – SP
Araçatuba – SP	Dourados – MS	Mossoró – RN	Santo Antonio de Jesus – BA
Araraquara – SP	Duque de Caxias – RJ	Natal – RN	Santos – SP
Barbacena – MG	Feira de Santana – BA	Niterói – RJ	São Bernardo do Campo – SP
Barreiras – BA	Florianópolis – SC	Novo Hamburgo – RS	São João da Boa Vista – SP
Bauru – SP	Fortaleza – CE	Osasco – SP	São José do Rio Preto – SP
Belém – PA	Garanhuns – PE	Ouro Preto – MG	São José dos Campos – SP
Belo Horizonte – MG	Goiânia – GO	Palmas – TO	São Luis – MA
Blumenau – SC	Governador Valadares – MG	Passo Fundo – RS	São Paulo – SP
Boa Vista – RR	Guarulhos – SP	Pelotas – RS	Sinop – MT
Brasília – DF	Ijuí – RS	Petrolina – PE	Sobral – CE
Campina Grande – PB	Imperatriz – MA	Petrópolis – RJ	Sorocaba – SP
Campinas – SP	Itabuna – BA	Piracicaba – SP	Taubaté – SP
Campo Grande – MS	João Pessoa – PB	Poços de Caldas – MG	Tefé – AM
Campos dos Goytacazes – RJ	Joinville – SC	Ponta Grossa – PR	Teófilo Otoni – MG
Canoas – RS	Juazeiro – BA	Porto Alegre – RS	Teresina – PI
Caruaru – PE	Juazeiro do Norte – CE	Porto Velho – RO	Uberaba – MG
Cascavel – PR	Juiz de Fora – MG	Presidente Prudente – SP	Uberlândia – MG
Caxias do Sul – RS	Jundiaí – SP	Recife – PE	Uruguaiana – RS
Chapecó – SC	Londrina – PR	Ribeirão Preto – SP	Varginha – MG
Contagem – MG	Macapá – AP	Rio Branco – AC	Vitória – ES
Criciúma – SC	Maceió – AL	Rio de Janeiro – RJ	Vitoria da Conquista – BA
Cuiabá – MT	Manaus – AM	Salvador – BA	Volta Redonda – RJ
Curitiba – PR	Marília – SP		

Anexo IV – Locais de Realização da Avaliação Multiprofissional

O endereço será fornecido quando da convocação

Cidade	Cidade	Cidade	Cidade
Anápolis – GO	Curitiba – PR	Manaus – AM	Rio de Janeiro – RJ
Aracajú – SE	Diamantina – MG	Marília – SP	Salvador – BA
Araçatuba – SP	Divinópolis – MG	Maringá – PR	Santa Maria – RS
Araraquara – SP	Dourados – MS	Montes Claros – MG	Santo André – SP
Barbacena – MG	Duque de Caxias – RJ	Mossoró – RN	Santo Antonio de Jesus – BA
Barreiras – BA	Feira de Santana – BA	Natal – RN	Santos – SP
Bauru – SP	Florianópolis – SC	Niterói – RJ	São Bernardo do Campo – SP
Belém – PA	Fortaleza – CE	Novo Hamburgo – RS	São João da Boa Vista – SP
Belo Horizonte – MG	Garanhuns – PE	Osasco – SP	São José do Rio Preto – SP
Blumenau – SC	Goiânia – GO	Ouro Preto – MG	São José dos Campos – SP
Boa Vista – RR	Governador Valadares – MG	Palmas – TO	São Luis – MA
Brasília – DF	Guarulhos – SP	Passo Fundo – RS	São Paulo – SP
Campina Grande – PB	Ijuí – RS	Pelotas – RS	Sobral – CE
Campinas – SP	Imperatriz – MA	Petrolina – PE	Sorocaba – SP
Campo Grande – MS	Itabuna – BA	Petrópolis – RJ	Taubaté – SP
Campos dos Goytacazes – RJ	João Pessoa – PB	Piracicaba – SP	Teófilo Otoni – MG
Canoas – RS	Joinville – SC	Poços de Caldas – MG	Teresina – PI
Caruaru – PE	Juazeiro – BA	Ponta Grossa – PR	Uberaba – MG
Cascavel – PR	Juazeiro do Norte – CE	Porto Alegre – RS	Uberlândia – MG
Caxias do Sul – RS	Juiz de Fora – MG	Porto Velho – RO	Uruguaiana – RS
Chapecó – SC	Jundiaí – SP	Presidente Prudente – SP	Varginha – MG
Contagem – MG	Londrina – PR	Recife – PE	Vitória – ES
Criciúma – SC	Macapá – AP	Ribeirão Preto – SP	Vitoria da Conquista – BA
Cuiabá – MT	Maceió – AL	Rio Branco – AC	Volta Redonda – RJ

Anexo V – Quadro de Provas

Formações	Prova	Disciplina	Qtde questões	Pontos por questão	Total de pontos	Mínimo de pontos por disciplina para aprovação
Estatística (código ESTAT), Ciências Contábeis (código CONTAB), Engenharia Civil (código CIVIL), Engenharia Mecânica (código MECAN), Engenharia Elétrica (código ELETR), Engenharia de Telecomunicações (TELEC), Engenharia com especialização em Segurança do Trabalho (código SEGUR), Arquitetura (código ARQUI), Terapia Ocupacional (código TERAP), Pedagogia (código PEDAG), Psicologia (código PSICO), Jornalismo (código JORNA), Publicidade e Propaganda (código PUBLI) e Fisioterapia (código FISIO)	Objetiva	Língua Portuguesa	10	1	10	4
		Ética no Serviço Público	5	1	5	2
		Noções de Informática	7	1	7	3
		Noções de Administração	6	1	6	2
		Noções de Direito Administrativo	7	1	7	3
		Noções de Direito Constitucional	7	1	7	3
		Noções de Direito Previdenciário	8	2	16	8
		Conhecimentos Específicos	20	2	40	20

Formação	Prova	Disciplina	Qtde questões	Pontos por questão	Total de pontos	Mínimo de pontos por disciplina para aprovação
Administração (código ADMIN)	Objetiva	Língua Portuguesa	10	1	10	4
		Ética no Serviço Público	5	1	5	2
		Noções de Informática	7	1	7	3
		Noções de Direito Administrativo	7	1	7	3
		Noções de Direito Constitucional	7	1	7	3
		Noções de Direito Previdenciário	8	2	16	8
		Conhecimentos Específicos	26	2	52	26

Formação	Prova	Disciplina	Qtde questões	Pontos por questão	Total de pontos	Mínimo de pontos por disciplina para aprovação
Direito (código DIRE)	Objetiva	Língua Portuguesa	10	1	10	4
		Ética no Serviço Público	5	1	5	2
		Noções de Informática	7	1	7	3
		Noções de Administração	6	1	6	2
		Conhecimentos Específicos	42	2	84	42

Formação	Prova	Disciplina	Qtde questões	Pontos por questão	Total de pontos	Mínimo de pontos por disciplina para aprovação
Tecnologia da Informação (código TEINF)	Objetiva	Língua Portuguesa	10	1	10	4
		Ética no Serviço Público	5	1	5	2
		Noções de Administração	6	1	6	2
		Noções de Direito Administrativo	7	1	7	3
		Noções de Direito Constitucional	7	1	7	3
		Noções de Direito Previdenciário	8	2	16	8
		Conhecimentos Específicos	27	2	54	28

Formação	Prova	Disciplina	Qtde questões	Pontos por questão	Total de pontos	Mínimo de pontos por disciplina para aprovação
Letras (código LETRAS)	Objetiva	Ética no Serviço Público	5	1	5	2
		Noções de Informática	7	1	7	3
		Noções de Administração	6	1	6	2
		Noções de Direito Administrativo	7	1	7	3
		Noções de Direito Constitucional	7	1	7	3
		Noções de Direito Previdenciário	8	2	16	8
		Conhecimentos Específicos	30	2	60	30

Anexo VI - Conteúdos Programáticos

Língua Portuguesa

1 Compreensão e interpretação de textos. 2 Tipologia textual. 3 Ortografia oficial. 4 Acentuação gráfica. 5 Emprego das classes de palavras. 6 Emprego do sinal indicativo de crase. 7 Sintaxe da oração do período. 8 Pontuação. 9 Concordância nominal e verbal. 10 Regência nominal e verbal. Significação das palavras. 12 Redação de correspondências oficiais.

Ética no Serviço Público

1 Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal: Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 e Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007.

Noções de Informática

1 Conceitos de Internet e intranet. 2 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e a intranet. 3 Conceitos e modos de utilização de ferramentas e aplicativos de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa. 4 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática. 5 Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações. 6 Conceitos e modos de utilização de sistemas operacionais Windows e Linux.

Noções de Administração

1 Administração financeira, de recursos humanos e de material. 2 Matemática financeira: juros simples e compostos; taxas de juros: nominal, efetiva, equivalentes, proporcionais, real e aparente. Estatística: gráficos e tabelas; médias, moda, mediana, desvio-padrão e variância. 4 Noções de probabilidade. 5 Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Noções de Direito Administrativo

1 Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios. 2 Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios. 3 Organização administrativa da União; administração direta e indireta. 4 Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime jurídico único: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa. 5 Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder. 6 Ato administrativo: validade, eficácia; atributos; extinção, desfazimento e sanatória; classificação, espécies e exteriorização; vinculação e discricionariedade. 7 Serviços Públicos; conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; delegação: concessão, permissão, autorização. 8 Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado. Lei n.º 8.429/92 (dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função da administração pública direta, indireta ou fundacional e de outras providências). 9 Licitações. 9.1 Fundamento constitucional. Conceito e modalidades. 9.2 Regime de licitações da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. Dispensa e inexigibilidade. Revogação e anulação, hipóteses e efeitos. 9.3 Contrato administrativo. Conceito e características. Invalidação. 9.4 Principais espécies de contratos administrativos. 9.5 Alteração, inexecução e rescisão dos contratos administrativos. 9.6 Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. 9.7 Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2004.

Noções de Direito Constitucional

1 Direitos e deveres fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. 2 Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência. 3 Processo legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos. 4 Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de Governo; atribuições e responsabilidades do Presidente da República. 5 Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; tribunais regionais federais e juízes federais; tribunais e juízes dos estados. 6 Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social; educação, cultura e desporto; ciência e tecnologia; comunicação social; meio ambiente; família, criança, adolescente e idoso.

Noções de Direito Previdenciário

1 Das finalidades e dos princípios básicos. 2 Dos benefícios da Previdência Social: Dos Regimes de Previdência Social, Regime Geral da Previdência Social. 3 Das prestações em geral. 4 Do recolhimento da filiação. 5 Da habilitação e reabilitação profissional. 6 Das contribuições da União, das contribuições

do segurado, da empresa e do empregador doméstico. 7 Do salário de contribuição. 8 Organização Seguridade Social. 9 Recursos. 10 Convênios, contratos, credenciamentos e acordos.

Conhecimentos específicos – formação em Estatística (código ESTAT)

I - MATEMÁTICA FINANCEIRA: 1 Introdução aos mercados financeiros: ativos de renda fixa e variável. 2 Conceito de juros. Força de juros. 3 Juros simples e compostos. 4 Taxas de juros efetivas nominais. 5 Valor presente e futuro de um capital. 6 Taxa de desconto. 7 Fluxos de caixa e projeções financeiras. Fluxo de caixa contínuo. 8 Valor presente líquido. 9 Taxa interna de retorno. 10 Estruturação termo das taxas de juros. 11 Anuidades (simples; diferidas e variáveis). 12 Equivalência de fluxos de caixa. 13 Sistemas de amortização de empréstimos. 14 Critérios para análise de investimentos. 15 Riscos de investimentos: tratamento estocástico das taxas de juros e descontos. 16 Inflação e correção monetária.

II - PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA: Conceitos Fundamentais. III - MODELOS ESTATÍSTICOS: 1 Análise de Séries Temporais. 2 Estacionaridade, Modelos no Domínio do Tempo e de Frequência. Métodos de Decomposição e de Amortecimento e de Auto-Regressão, Modelos com Tendência e Sazonalidade, Funções de Autocorrelação e Autocorrelação Parcial, Análise de Gráficos: autocorrelação, previsão. Modelagem de Box-Jenkins: Análise Espectral. 3 Análise de Regressão. Regressão Linear Simples, Inferência Estatística na Regressão Linear Simples, Regressão e Correlação Múltipla, Regressão Não Linear, Diagnósticos em Regressão. 4 Modelos Lineares Generalizados. Descrição dos Modelos Lineares Generalizados, Estimação: Métodos de Inferência e Propriedades em Grandes Amostras, Técnicas de Verificação do Modelo. 5 Sobrevivência e Modelos de Multi-estados. Conceito dos Modelos de Sobrevivência, Dados de Sobrevivência, Risco Relativo e Razão de chances, Distribuições e Funções de Sobrevivência, Modelos com um único ou múltiplos decrementos, Tábuas de Sobrevivência, Censura e truncamento, Riscos competitivos e Modelos de Regressão. 6 Teoria do Risco (Individual e Coletivo). Modelo do Risco Individual Anual, Modelo do Risco Coletivo Anual, Distribuição da Variável Aleatória “Valor de 1 Sinistro”, Distribuições para o Número de Sinistros, Distribuições para o Sinistro Agregado. Fórmula Recursiva de Panjer, Processo de Ruína – Período Finito, Processo de Ruína – Período Infinito. Teoria da Credibilidade, Aplicações em Resseguro, Aplicações Diversas. 7 Estimação de Frequência e Severidade. Conceitos, Métodos de Cálculo de Prêmios de Seguros dos Ramos Elementares, Carregamento de Segurança, Redução do Prêmio através de Franquia, Métodos Multivariados de Elaboração de Tarifas. 8 Teoria da Credibilidade. Modelos de Credibilidade de Flutuação Limitada, Modelos de Credibilidade Bayesiana Empírica, Modelos de Credibilidade Bayesiana Pura. 9 Teoria da Ruína. O Processo de Ruína, Probabilidade de Ruína, Probabilidade Anual de Ruína, Modelo Prático de Ruína, Cálculo da Probabilidade de Ruína em 1 ano, Processo de Ruína em Período Infinito, Processo de Poisson Composto. IV - MATEMÁTICA ATUARIAL: 1 Modelos de Risco Individual. Modelos de riscos individuais de variáveis aleatórias, soma de variáveis aleatórias independentes, aproximação de distribuição pela soma, aplicação em seguros. 2 Distribuição de Sobrevivência e Tábuas de Mortalidade. Funções de sobrevivência, sobrevivida, força de mortalidade, tábuas de mortalidade: comutações, construção, graduação, outras funções. Idades fracionadas, Leis de Mortalidade (“De Moivre”, “Gompertz”, “Makeham”, “Weibull”). Tábuas Seletas. 3 Seguro de Vida. Seguros pagos no momento da morte: Vitalícios, Temporários, Diferidos e Mistos. Seguros pagos no final do ano de morte. Relação entre seguros pagos no momento de morte e no final do ano de morte. Equações recursivas e funções acumulativas. 4 Anuidades. Pagamento único, anuidade contínua, anuidade discreta, anuidade temporária, anuidade diferida, anuidade com pagamentos fracionados no ano, pagamento nivelado, anuidades variáveis, equações recursivas, anuidade imediata, relação entre anuidades antecipadas e postecipadas. 5 Prêmio Puro. Prêmio contínuo, prêmio discreto, prêmios fracionados no ano, funções de comutação de prêmios relativos a anuidades variáveis. 6 Reserva sobre o Prêmio Puro. Reserva contínua, reserva discreta, reserva numa base semi-contínua, reserva de prêmio fracionado no ano, fórmulas recursivas para reservas discretas, método prospectivo e retrospectivo, reserva em momentos fracionados, equações diferenciais para reservas contínuas fórmulas de reserva por comutação. 7 Valores Garantidos. Resgate, Seguro Saldado e Seguro Prolongado. 8 Função de Várias Vidas. Vida conjunta, último sobrevivente, probabilidade e esperança estatística seguros e anuidades, cálculo usando lei de mortalidade específica, função de contingência simples. 9 Modelos de Múltiplos Decrementos. Usando duas variáveis aleatórias, grupo de sobrevivência aleatório, grupo de sobrevivência determinístico, tábuas simples de decrementos secundárias (invalidez e morte), construção de tábua de mortalidade múltipla, probabilidade de decremento e prêmio puro simples. 10 Aplicação de Modelos de Múltiplos Decrementos. Pecúlios, anuidades (temporárias, diferidas, pagas em períodos inferiores a um ano, anuais e por tipo de Risco de Invalidez e Morte), prêmios (anuais e fracionados), reservas desses prêmios e funções de comutação. 1

Teoria do Risco Coletivo Período Simples. Distribuição dos sinistros agregados, seleção das distribuições básicas (distribuição de N, distribuição de valor de sinistro individual), propriedades da distribuição de Poisson composta, aproximação da distribuição de sinistros agregados. 12 Teoria do Risco Coletivo Período Estendido. Processo de sinistro, coeficiente de ajuste, modelo em tempo discreto, perda máxima agregada. 13 Aplicação da Teoria do Risco. Distribuição do valor de sinistro, aproximação do modelo individual, resseguro de stop-loss, efeito do resseguro na probabilidade de ruína. 14 Modelos de Seguro Incluindo Despesas. Despesas gerais, tipos de despesas, despesas por apólice, fundamentos algébricos da contabilidade, métodos de reserva modificada. 15 Métodos de Financiamentos. Definição e aplicação dos Principais Métodos de Financiamentos (Regimes Financeiros Repartição Simples, Repartição de Capitais de Cobertura, e Capitalização - Crédito Unitário, Crédito Unitário Projetado, Idade Normal de Entrada Idade Atingida, Agregado, Financiamento Inicial e Financiamento Completo). Custo Normal. Custo Suplementar. 16 Teoria da População. Teorema de Lexis, modelo contínuo, população estacionária estável e madura, aplicações atuariais, população dinâmica. Equação de maturidade. 17 Teoria da Previdência Privada. Escolha da tábuas demográficas, taxa de contribuição, métodos de custo atuarial individual, métodos de custo atuarial coletivo, plano de benefício definido e contribuição variável, alteração das hipóteses atuariais. V - PRINCÍPIOS DE GERENCIAMENTO ATUARIAL: 1 Ambiente geral das operadoras de risco. 2 Avaliação de riscos. 3 Projeto e desenvolvimento de produtos. Precificação de riscos. 5 Constituição de reservas e avaliação de passivos. 6 Relação entre ativos e passivos /gerenciamento de portfólio. 7 Monitoramento de experiência. 8 Solvência. 9 Cálculo e distribuição de lucros (excedentes).

Conhecimentos específicos – formação em Ciências Contábeis (código CONTA)

I - CONTABILIDADE GERAL: 1 Lei nº 6.404/1976, suas alterações e legislação complementar. 1.1 Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 2 Princípios fundamentais de contabilidade (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC - por meio da Resolução do CFC nº 750/1993, atualizada pela Resolução CFC nº 1.282/2010). 3 Patrimônio: componentes patrimoniais (ativo, passivo e patrimônio líquido). 4 Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. 5 Contas patrimoniais e de resultado. 5.1 Apuração de resultados. 5.2 Plano de contas. 6 Funções e estrutura das contas. 7 Análise econômico-financeira. 7.1 Indicadores de liquidez. 7.2 Indicadores de rentabilidade. 7.3 Indicadores de lucratividade. 7.4 Análise vertical e horizontal. 8 Efeitos inflacionários sobre o patrimônio das empresas. 9 Avaliação e contabilização de itens patrimoniais e de resultado de investimentos societários no país. 10 Destinação de resultado. 11 Custos para avaliação de estoques. 12 Custos para tomada de decisões. 13 Sistemas de custos e informações gerenciais. 14 Estudo da relação custo versus volume versus lucro. 15 Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária, pelos princípios fundamentais da contabilidade e pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 15.1 Demonstração dos fluxos de caixa (métodos direto e indireto). 15.2 Balanço patrimonial. 15.3 Demonstração do resultado do exercício. 15.4 Demonstração do valor adicionado. 16 Fusão, cisão e incorporação de empresas. 17 Consolidação de demonstrações contábeis. 18 Tributos recuperáveis. 19 Controle de estoques: PEPS, UEPS e média ponderada móvel. II - CONTABILIDADE PÚBLICA: 1 Princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público. 2 Sistema de Contabilidade Federal. 3 Conceituação, objeto e campo de aplicação. 4. Patrimônio, variações e sistemas contábeis. 5 Transações no setor público. 6. Registro contábil. 7 Demonstrações contábeis segundo a lei nº 4.320/1964. 8 Despesa pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas. 9 Receita pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas. 10 Execução orçamentária e financeira. 11 Sistema de informações de custos no setor público. 12 Plano de contas aplicado ao setor público. 13 Regime Contábil. 14 Conta Única do Tesouro Nacional. 15 Sistema Integrado de Administração Financeira: conceitos básicos, objetivos, características, instrumentos de segurança e principais documentos de entrada. 16 Suprimento de Fundos. III – AUDITORIA: 1 Aspectos gerais – princípios e normas. 2 Diferenciação entre auditoria externa e interna 2.1 Auditoria interna; conceitos, funções, objetivos e atribuições.

Conhecimentos específicos – formação em Direito (código DIREI)

I - DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Evolução constitucional do Brasil. 2 Constituição: conceito e classificação. 3 Normas constitucionais: classificação. 4 Preâmbulo, normas constitucionais programáticas e princípios constitucionais. 5 Disposições constitucionais transitórias. 6 Hermenêutica constitucional. 7 Poder constituinte. 8 Controle de constitucionalidade: direito comparado. Sistema brasileiro. Evolução histórica. normas constitucionais inconstitucionais. 9 Declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto e declaração conforme a constituição. 10

Inconstitucionalidade por omissão. 11 Ação direta de inconstitucionalidade: origem, evolução e estado atual. 12 Ação declaratória de constitucionalidade. 13 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 14 Da declaração de direitos: histórico; teoria jurídica e teoria política. 15 Direitos garantias individuais e coletivos. 16 Princípio da legalidade e da reserva legal. 17 Princípio da isonomia. 18 Regime constitucional da propriedade. 19 Princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. 20 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 21 Direitos difusos coletivos e individuais homogêneos. 22 Direitos sociais e sua efetivação. 23 Direito à Nacionalidade. 24 Direitos Políticos. 25 Estado federal: conceito e sistemas de repartição de competência; direito comparado, discriminação de competência na Constituição de 1988, Intervenção federal, Princípio da simetria constitucional. 26 Estado Democrático de Direito: fundamentos constitucionais e doutrinários. 27 Organização dos Poderes: mecanismos de freios e contrapesos. 28 União: competência. 29 Estado-membro; poder constituinte estadual: autonomia e limitações. 30 Estado-membro: competência e autonomia. 31 Administração pública: princípios constitucionais. 32 Servidores públicos: princípios constitucionais. 33 Poder Legislativo: organização; atribuições; processo legislativo. 34 Poder Executivo: presidencialismo e parlamentarismo; ministro de Estado. 35 Presidente da República: poder regulamentar; medidas provisórias. 36 Crimes de responsabilidade do presidente da República e dos ministros de Estado. 37 Conselho da República e Conselho de Defesa. 38 Poder Legislativo: prerrogativas e vedações. 39 Comissão Parlamentar de Inquérito. 40 Processo Legislativo. 41 Poder Judiciário: organização; estatuto constitucional da magistratura. 42 Supremo Tribunal Federal: organização e competência. Súmula Vinculante. 43 Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público. 44 Superior Tribunal de Justiça: organização e competência. Justiça federal: organização e competência. 45 Justiça do trabalho: organização e competência. 46 Ministério Público: princípios constitucionais. 47 Advocacia Pública: representação judicial e extrajudicial das pessoas jurídicas de direito público; consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo; organização e funcionamento. 48 Limitações constitucionais do poder de tributar. 49 Ordem econômica e ordem financeira. 50 Intervenção do Estado no domínio econômico. 51 Direitos e interesses das populações indígenas. 52 Interesses difusos e coletivos. II DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material. 2 Fontes do direito administrativo: doutrina e jurisprudência na formação do direito administrativo. Lei formal. Regulamentos administrativos, estatutos e regimentos; instruções; princípios gerais; tratados internacionais; costume. 3 Descentralização e desconcentração da atividade administrativa. Relação jurídico-administrativa. Personalidade de direito público. Conceito de pessoa administrativa. Teoria do órgão da pessoa jurídica: aplicação no campo do direito administrativo. 4 Classificação dos órgãos e funções da administração pública. 5 Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência. 6 Ausência de competência: agente de fato. 7 Hierarquia. Poder hierárquico e suas manifestações. 8 Autarquias. Agências reguladoras executivas. 9 Fundações públicas. 10 Empresa pública. 11 Sociedade de economia mista. 12 Entidades paraestatais, em geral. 13 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo: elementos; procedimento administrativo. 14 Validade, eficácia e auto-executoriedade do ato administrativo. 15 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 16 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 17 Atos administrativos gerais e individuais. 18 Atos administrativos vinculados e discricionários. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 19 Controle do ato administrativo. 20 Ato administrativo inexistente. Atos administrativos nulos e anuláveis. Teoria das nulidades no direito administrativo. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. 21 Contrato administrativo: discussão sobre sua existência como categoria específica; conceito e caracteres jurídicos. 22 Formação do contrato administrativo: elementos. Licitação: conceito, modalidades e procedimentos; dispensa e inexigibilidade de licitação. 23 Execução do contrato administrativo: princípios; teorias do fato do príncipe e da imprevisão. 24 Extinção do contrato administrativo: força maior e outras causas. 25 Espécies de contratos administrativos. Convênios administrativos. 26 Poder de polícia: conceito; polícia judiciária e polícia administrativa; liberdades públicas e poder de polícia. 27 Principais setores de atuação da polícia administrativa. 28 Serviço público: conceito; caracteres jurídicos; classificação e garantias. Usuário do serviço público. 29 Concessão de serviço público: natureza jurídica e conceito; regime jurídico financeiro. 30 Extinção da concessão de serviço público; reversão dos bens. 31 Permissão e autorização. 32 Bens públicos: classificação e caracteres jurídicos. Natureza jurídica do domínio público. 33 Domínio público hídrico: composição; regime jurídico das águas públicas. 34 Domínio público aéreo. 35 Domínio público terrestre: evolução do regime jurídico das terras públicas no Brasil: terras urbanas e rurais; terras

devolutas. Vias públicas; cemitérios públicos; portos. 36 Recursos minerais e potenciais de energia hidráulica: regime jurídico. 37 Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso ocupação; aforamento; concessão de domínio pleno. 38 Limitações administrativas: conceito. Zoneamento. Polícia edilícia. Zonas fortificadas e de fronteira. Florestas. Tombamento. 39 Servidões administrativas. 40 Requisição da propriedade privada. Ocupação temporária. 41 Desapropriação por utilidade pública: conceito e fundamento jurídico; procedimentos administrativo e judicial; indenização. 42 Desapropriação por zona. Direito de extensão. Retrocessão. “Desapropriação indireta”. 43 Desapropriação por interesse social: conceito, fundamento jurídico e espécies; função social do imóvel rural. 44 Controle interno e externo da administração pública. 45 Sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una. 46 Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro. 47 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos. Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado. 48 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública no direito brasileiro. 49 Agentes públicos: servidor público e funcionário público; natureza jurídica da relação de emprego público; preceitos constitucionais. 50 Servidores públicos. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. 51 Improbidade administrativa. 52 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. 53 Procedimento administrativo. Instância administrativa. Representação e reclamação administrativas. 54 Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição administrativa. 55 Setor energético e suas relações com a economia, o desenvolvimento social, a tecnologia e o meio ambiente. 56 Lei Geral das Agências Reguladoras. 57 Procuradoria-Geral Federal e dos estados. III - DIREITO CIVIL: 1 Aplicação da lei no tempo e no espaço; interpretação da lei; analogia. 1.1 Princípios gerais do direito e equidade. 2 Das pessoas. 2.1 Das pessoas naturais. 2.2 Das pessoas jurídicas. 2.3 Do domicílio. 3 Dos bens. 3.1 Das diferentes classes de bens. 4 Dos fatos jurídicos. 4.1 Do negócio jurídico. 4.2 Dos atos jurídicos lícitos. 4.3 Dos atos ilícitos. 4.4 Da prescrição e da decadência. 4.5 Da prova. 5 Do direito das obrigações. 5.1 Das modalidades das obrigações. 5.2 Da transmissão das obrigações. 5.3 Do adimplemento e extinção das obrigações. 5.4 Do inadimplemento das obrigações. 5.5 Dos contratos em geral. 5.6 Das várias espécies de contratos. 5.7 Dos atos unilaterais. 5.8 Da responsabilidade civil. 5.9 Das preferências e privilégios creditórios. 6 Do direito das coisas. 6.1 Da posse. 6.2 Dos direitos reais. 6.3 Da propriedade. 6.4 Da superfície. 6.5 Das servidões. 6.6 Do usufruto. 6.7 Do uso. 6.8 Da habitação. 6.9 Do penhor, da hipoteca e da anticrese. 7 Da tutela e da curatela. 8 Responsabilidade civil do Estado e do particular. 9 Do direito de empresa. 9.1 Do empresário. 9.2 Da sociedade. 9.2.1 Da sociedade não personificada. 9.2.1.1 Da sociedade em comum. 9.2.1.2 Da sociedade em conta de participação. 9.2.2 Da sociedade personificada. 9.2.2.1 Da sociedade simples. 9.2.2.2 Da sociedade em nome coletivo. 9.2.2.3 Da sociedade em comandita simples. 9.2.2.4 Da sociedade limitada. 9.2.2.5 Da sociedade anônima. 9.2.2.6 Da sociedade em comandita. IV - DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Da jurisdição: conceito, modalidades, poderes, princípios, órgãos, formas e limites da jurisdição civil. Da ação: conceito, natureza jurídica, condições de classificação. 2 Competência: conceito; competência funcional e territorial; competência internacional. Modificações da competência e conflito; conexão e continência. Processo e procedimento: natureza e princípios, formação, suspensão e extinção. Pressupostos processuais; tipos de procedimentos. Prazos: conceito, classificação, princípios, contagem; preclusão; prescrição. 3 Da ação: conceito; ação e pretensão; natureza jurídica, condições, classificação. 4 Do processo e procedimento: natureza e princípios. Formação, suspensão e extinção do processo; pressupostos processuais; tipos de procedimentos. 5 Prazos: conceito, classificação, princípios, contagem; preclusão. 6 O juiz: poderes, deveres e responsabilidades. Do Ministério Público e dos auxiliares da justiça. 7 Sujeitos do processo: das partes e dos procuradores. O litisconsórcio; capacidade de ser parte e estar em juízo. Legitimação ordinária e extraordinária. A substituição processual. Intervenção de terceiros; oposição; nomeação à autoria; denúncia da lide; chamamento ao processo; da assistência. 8 Dos atos processuais. 9 Petição inicial: conceito, requisitos. Pedidos: espécies, modificação, cumulação. Causa de pedir. Despacho liminar: objeto, natureza, de conteúdo positivo, de conteúdo negativo. Da citação. Da resposta do réu. Contestação, exceções, reconvenção. Revelia. Direitos indisponíveis. Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo. Antecipação de tutela. Tutela de específica. 10 Prova: conceito, modalidades, princípios gerais, objeto, ônus, procedimentos. Da audiência. Da sentença: requisitos; publicação. Da coisa julgada: conceito; limites objetivos e subjetivos; coisa julgada formal e coisa julgada material. 11 Recursos: conceito, fundamentos, princípios, classificação, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, efeitos, juízo de mérito. Apelação. Agravo. Embargo

infringentes, de divergência e de declaração. Recurso especial. Recurso extraordinário. Ação rescisória. Nulidades. 12 Processo de execução: pressupostos e princípios informativos. Espécies de execução. Embargos do devedor: natureza jurídica, cabimento e procedimento. Embargos de terceiro: natureza jurídica, legitimidade e procedimento. Execução fiscal. Da execução contra a fazenda pública. 13 Processo e ação cautelares. Procedimento cautelar comum e procedimentos específicos. 14 Juizados especiais federais. 15 Da ação de usucapião de terras particulares. 16 Ação civil pública, ação popular e ação de improbidade administrativa. 17 Mandado de segurança individual e coletivo. 18 Mandado de Injunção. 19 Habeas data. 20 Ação monitória. 22 Reclamação Constitucional. 23 Suspensão de Segurança, de liminar e de antecipação de tutela. V - DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 1 Seguridade social: origem e evolução legislativa no Brasil; conceito; organização e princípios constitucionais. 2 Regime Geral da Previdência Social: beneficiário, benefícios e custeio. 3 Salário-de-contribuição: conceito, parcelas integrantes e excluídas, limites mínimo e máximo; salário-base, enquadramento, proporcionalidade e reajustamento. 4 Planos de benefícios da previdência social: espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas, períodos de carência, salário-de-benefício, renda mensal do benefício, reajustamento do valor do benefício. 5 PIS/PASEP. 6 Legislação acidentária. 6.1 Regulamento do seguro de acidentes do trabalho (urbano e rural). 6.2 Moléstia profissional. 7 Reconhecimento de Filiação. 8 Contagem recíproca do tempo de contribuição. 9 Justificação administrativa.

Conhecimentos específicos – formação em Administração (código ADMIN)

I - ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA: 1 Evolução da administração. 1.1 Principais abordagens da administração (clássica até contingencial). 1.2 Evolução da administração pública no Brasil (após 1930): reformas administrativas e a nova gestão pública. 2 Processo administrativo. 2.1 Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle. 2.2 Processo de planejamento. 2.2.1 Planejamento estratégico: visão, missão e análise SWOT. 2.2.2 Análise competitiva e estratégias genéricas. 2.2.3 Redes e alianças. 2.2.4 Planejamento tático. 2.2.5 Planejamento operacional. 2.2.6 Administração por objetivos. 2.2.7 Balanced scorecard. 2.2.8 Processo decisório. 2.3 Organização. 2.3.1 Estrutura organizacional. 2.3.2 Tipos de departamentalização: características, vantagens e desvantagens de cada tipo. 2.3.3 Organização informal. 2.3.4 Cultura organizacional. 2.4 Direção. 2.4.1 Motivação e liderança. 2.4.2 Comunicação. 2.4.3 Descentralização e delegação. 2.5 Controle. 2.5.1 Características e tipos. 2.5.2 Tipos, vantagens e desvantagens. 2.5.3 Sistema de medição de desempenho organizacional. 3 Gestão da qualidade e modelo de excelência gerencial. 3.1 Principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade. 3.2 Ferramentas de gestão da qualidade. 4 Gestão de projetos. 4.1 Elaboração, análise e avaliação de projetos. 4.2 Principais características dos modelos de gestão de projetos. 4.3 Projetos e suas etapas. 5 Gestão de processos. 5.1 Conceitos da abordagem por processos. 5.2 Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos. 5.3 Noções de estatística aplicada ao controle e à melhoria de processos. II - ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO: 1 O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas; formas e dimensões da intervenção da administração na economia. 2 Orçamento público e sua evolução. 2.1 Orçamento como instrumento do planejamento governamental. 2.2 Princípios, diretrizes e classificações orçamentárias. 2.3 Orçamento público no Brasil. 2.3.1 Plano Plurianual. 2.3.2 Orçamento anual. 2.3.3 Outros planos e programas. 2.3.4 Sistema e processo de orçamentação. 2.3.5 Processo orçamentário. 2.3.6 Métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público; normas legais aplicáveis. 2.3.7 SIDOR e SIAFI. 2.3.8 Receita pública: categorias, fontes, estágios; dívida ativa. 2.3.9 Despesa pública: categorias, estágios. 2.3.10 Suprimento de fundos. 2.3.11 Restos a pagar. 2.3.12 Despesas de exercícios anteriores. 2.4 Conta única do Tesouro. 4 Programação e execução orçamentária e financeira. 4.1 Acompanhamento da execução. 4.2 Sistemas de informações. 4.3 Alterações orçamentárias. 4.4 Créditos ordinários e adicionais. 5 Receita pública: categorias, fontes e estágios; dívida ativa. 6 Despesa pública: categorias, estágios; restos a pagar; despesas de exercícios anteriores; dívida flutuante e fundada; suprimento de fundos. III - GESTÃO DE PESSOAS: 1 Conceitos, importância, relação com os outros sistemas de administração e organização. 2 Fundamentos, teorias e escolas da administração e o seu impacto na gestão de pessoas. 3 função do órgão de recursos humanos. 3.1 Atribuições básicas e objetivos. 3.2 Políticas e sistemas de informações gerenciais. 4 Comportamento organizacional. 4.1 Relações indivíduo/organização. 4.2 Liderança, motivação e desempenho. 4.3 Qualidade de vida. 5 Competência interpessoal. 6 Gerenciamento de conflitos. 7 Gestão da mudança. 8 Recrutamento e seleção. 8.1 Tipos de recrutamento e vantagens e desvantagens. 8.2 Técnicas de seleção: vantagens, desvantagens e processo decisório. 9 Análise e descrição de cargos: objetivos, métodos, vantagens e desvantagens. 10 Gestão de desempenho. 10.1 Objetivos. 10.2 Métodos de avaliação de desempenho: características, vantagens e desvantagens. 11

Desenvolvimento e capacitação de pessoal. 11.1 Levantamento de necessidades. 11.2 Programação, execução e avaliação. 12 Administração de cargos, carreiras e salários. 13 Regime dos servidores públicos federais: admissão, demissão, concurso público, estágio probatório, vencimento básico, licença aposentadoria. 14 Gestão por competências. 15 Tendências em gestão de pessoas no setor público. IV ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS: 1 Classificação de materiais. 1.1 Atributos para classificação de materiais. 1.2 Tipos de classificação. 1.3 Metodologia de cálculo da curva ABC. 2 Gestão de estoques. 3 Compras. 3.1 Organização do setor de compras. 3.2 Etapas do processo. 3.3 Perfil do comprador. 3.4 Modalidades de compra. 3.5 Cadastro de fornecedores. 4 Compras no setor público. Modalidades, dispensa e inexigibilidade de licitação pública. 4.2 Objeto de licitação. 4.3 Edital de licitação. 4.4 Pregão. 4.5 Contratos e compras. 4.6 Convênios, contratos de gestão e termos similares. 5 Recebimento e armazenagem. 5.1 Entrada. 5.2 Conferência. 5.3 Objetivos da armazenagem. 5.4 Critérios e técnicas de armazenagem. 5.5 Arranjo físico (leiaute). 6 Distribuição de materiais. 6.1 Características das modalidades de transporte. 6.2 Estrutura para distribuição. 7 Gestão patrimonial. 7.1 Tombamento de bens. 7.2 Controle de bens. 7.3 Inventário. 7.4 Alienação de bens. 7.5 Alterações e baixa de bens.

Conhecimentos específicos – formação em Engenharia Civil (código CIVIL)

1 Topografia. 2 Estatística. 3 Mecânica dos solos. 4 Projetos de obras civis. 4.1 Arquitetônicos. Estruturais (concreto, aço e madeira). 4.3 Fundações. 4.4 Instalações elétricas e hidrossanitárias. 4.5 Projetos complementares. 5.1 Elevadores. 5.2 Ventilação-exaustão. 5.3 Ar condicionado. 5.4 Telefonia. 5.5 Prevenção contra incêndio. 6 Especificação de materiais e serviços. 7 Programação de obras. 7.1 Orçamento e composição de custos unitários, parciais e totais: levantamento de quantidades. 7.2 Planejamento e cronograma físico-financeiro: PERT-CPM. 8 Acompanhamento de obras. 9 Construção. 9.1 Organização do canteiro de obras: execução de fundações (sapatas, estacas e tubulões). 9.2 Alvenaria. 9.3 Estruturas e concreto. 9.4 Aço e madeira. 9.5 Coberturas e impermeabilização. 9.6 Esquadrias. 9.7 Pisos e revestimentos. 9.8 Pinturas, instalações (água, esgoto, eletricidade e telefonia). 10 Fiscalização. 10.1 Acompanhamento da aplicação de recursos (medições, emissão de fatura etc.) 10.2 Controle de materiais (cimento, agregados aditivos, concreto usinado, aço, madeira, materiais cerâmicos, vidro etc.) 10.3 Controle de execução de obras e serviços. 11 Noções de irrigação e drenagem, de hidráulica, hidrologia e solos. 12 Pavimentação urbana. 13 Abastecimento de água. 14 Esgotamento sanitário. 15 Drenagem urbana. 16 Resíduos sólidos. 17 Vistoria e elaboração de pareceres. 18 Programação, controle e fiscalização de obras. Orçamento e composição de custos, levantamento de quantitativos, planejamento e controle físico-financeiro. 19 Acompanhamento e aplicação de recursos (medições, emissão de faturas, controle de materiais). 20 Licitação e contratos, conforme a Lei n.º 8.666 e atualizações (ênfase capítulo 1 – seções I a IV, capítulo 2 – na íntegra, capítulo 3 – seções III a V). 21 Planejamento urbano e sustentabilidade urbana (Agenda Habitat, Estatuto da Cidade e Agenda 21). 22 Princípios de planejamento e de orçamento público.

Conhecimentos específicos – formação em Engenharia Mecânica (código MECAN)

1 Instalações hidráulicas. 2 Ensaaios mecânicos. 3 Instrumentação. 4 Vibrações mecânicas. 5 Máquinas térmicas. 6 Materiais de construção mecânica. 7 Resistência dos materiais. 8 Mecânica aplicada a máquinas. 9 Elementos de máquina. 10 Termodinâmica. 11 Mecânica dos fluidos. 12 Princípios de Transferência de Calor: condução, convecção, radiação. 13 Técnicas de soldagem. 14 Projeto, instalação e manutenção. 14.1 Sistemas de transportes vertical e horizontal (elevadores, monta-cargas, escadas rolantes, esteiras rolantes). 14.2 Ar condicionado, refrigeração, ventilação e exaustão mecânica. 14.3 Máquinas térmicas e instalações pertinentes (sistemas de aquecimento solar, caldeiras, elétrico, gás GLP). 14.4 Sistemas de prevenção e combate a incêndio (detecção, alarme e combate).

Conhecimentos específicos – formação em Engenharia Elétrica (código ELETR)

1 Circuitos Elétricos. 1.1 Elementos de circuitos. 1.2 Leis de Kirchhoff. 1.3 Análise nodal e de malha. 1.4 Circuitos em corrente contínua e em corrente alternada. 1.5 Circuitos com acoplamentos. 1.6 Solução de circuitos no tempo e na frequência. 2 Eletromagnetismo. 2.1 Princípios gerais. 2.2 Campos eletrostático, magnetostático e eletromagnetostático. 2.3 Energia, potência, tensão e momentos eletromagnéticos. 2.4 Ondas TEM. 2.5 Reflexão e refração de ondas planas. 2.6 Conversores CC-CC, CC-CA, CA-CC e CA-CA. 2.7 Controle Eletrônico de Máquinas Elétricas. 3 Teoria de Controle. 3.1 Análise e síntese de sistemas lineares escalares, contínuos e discretos, nos domínios do tempo e da frequência. 3.2 Sistemas Lineares. 3.3 Controle Linear. 3.4 Sistemas Digitais. 3.5 Síntese Moderna de Circuitos Modernos. 3.6 Comunicações análogas. 3.7 Conservação de Energia. 3.8 Controle Digital. 3.9 Comunicações Digitais. 3.10 Organização dos Computadores. 3.11 Materiais em Engenharia. 3.12 Comutação Analógica e Digital. 3.13 Microcomputadores. 3.14 Microeletrônica. 3.15 Circuitos de

Potência. 3.16 Processamento de Sinais. 3.17 Conversão analógica digital e digital analógica. 4 Princípios de Ciências dos Materiais. 4.1 Características e propriedades dos materiais condutores, isolantes, magnéticos. 4.2 Materiais estruturais. 5 Máquinas Elétricas. 5.1 Princípios fundamentais de conversão eletromecânica de energia. 5.2 Características, aplicações, princípio de funcionamento, operação, ligação e ensaio de máquinas de corrente contínua (geradores e motores), transformadores (monofásicos e trifásicos), máquinas síncronas e trifásicas (geradores e motores), motores de indução monofásicos e trifásicos. 5.3 Acionamentos elétricos. 6 Subestações e Equipamentos Elétricos. 6.1 Objetivos, custos, localização no sistema, diagramas unifilares básicos, arranjos típicos, tipos de barramento, malhas de terra, sistema auxiliares. 6.2 Equipamentos de manobra em alta tensão: chaves e disjuntores, pára-raios. 6.3 Transformadores de força. 6.4 Manutenção dos equipamentos elétricos. 7 Proteção de Sistemas de Energia. 7.1 Relés e suas funções. 7.1.1 Princípios e características de operação dos relés eletromecânicos. 7.1.2 Tipos básicos de relés. 7.2 Transformadores de corrente e transformadores de potencial. 7.3 Proteção de máquinas elétricas. 8 Proteção de barramentos de baixa tensão domiciliares e industriais. 9 Projetos de instalações prediais e industriais. 10 Orçamento. 10.1 Composição de custos unitários, parciais e totais: levantamento de quantidades. 10.2 Planejamento e Cronograma físico-financeiro. 11 Informática aplicada a Engenharia (Excel, Word, AutoCAD). 12 Fiscalização. 12.1 Acompanhamento da aplicação de recursos (medições, emissão de fatura etc.). 12.2 Controle de materiais elétricos. 12.3 Controle de execução de obras e serviços. 12.4 Documentação da obra: diários e documentos de legalização.

Conhecimentos específicos – formação em Engenharia de Telecomunicações (código TELECOM)

1 Conceitos básicos. 1.1 Terminologia geral de sistemas de comunicações. 1.2 Tipo de informação em sistemas de comunicações. 1.3 Elementos de um sistema de comunicações. 1.4 Classificação de sistemas. 1.5 Espectro eletromagnético. 1.6 Conceitos de banda passante e canal. 1.7 Taxa de transmissão. 1.8 Identificação dos componentes de sistemas de comunicação, suas funcionalidades e parâmetros. 2 Conceitos de transmissão e recepção. 2.1 Conceitos de modulação analógica e digital. 2.2 Conceitos de multiplexação e de múltiplo acesso. 2.3 Conceitos de comutação. 2.4 Aspectos de sinalização e interconexão. 2.5 Conceitos de desempenho de sistemas analógicos e digitais. 3 Propagação e antenas. 3.1 Fundamentos de linhas de transmissão e de antenas. 3.2 Onda estacionária e coeficiente de reflexão. 3.3 Casamento de impedâncias. 3.4 Tipos básicos de antenas. 3.5 Conceitos de propagação nas diferentes faixas de frequência. 3.6 Propagação no espaço livre. 3.7 Fenômenos de reflexão, refração e difração. Noções de interferência: tipos, técnicas de identificação, rastreamento, monitoramento e definição de parâmetros de interferência e ruído. 3.9 Conceitos de potência de transmissão. 3.10 Processos funcionais de inspeção de campo e monitoramento do espectro eletromagnético. 3.11 Conceitos de equipamentos e métodos de medições de parâmetros técnicos e análise espectral. 3.12 Medidas em comunicações. 4 Conceitos de plataformas. 4.1 Componentes de sistemas de comunicações. 4.2 Telefonia fixa. 4.3 Comunicações móveis. 4.4 Comunicações via satélite. 4.5 Comunicações ópticas. 4.6 Sistemas de comunicações VHF, UHF e por microondas. 4.7 Arquitetura de redes. 4.8 Técnicas de manutenção de sistemas de comunicações. 4.9 Novas tendências em sistemas de comunicação. 5 Processamento de sinais. 5.1 Codificação. 5.2 Compressão. 5.3 Identificação de sinais. 6 Eletrônica analógica e digital. 6.1 Circuitos elétricos. 6.2 Circuitos eletrônicos. 6.3 Acionadores. 6.4 Amplificadores operacionais. 6.5 Transdutores. 6.6 Circuitos lógicos. 6.7 Controladores lógicos programáveis. 6.8 Sistemas digitais de supervisão e controle. 7 Instalações elétricas prediais – residenciais e comerciais. 8 Proteção de sistemas elétricos. 9 Sistema de transmissão e de distribuição de energia elétrica. 10 Medidas elétricas. 11 Dispositivos eletrônicos. 12 Processamento digital de sinais de áudio e vídeo. 13 Sistemas de televisão em formatos de gravação.

Conhecimentos específicos – formação em Engenharia com especialização em Segurança do Trabalho (código SEGUR)

1 Legislação específica. 1.1 Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. 1.2 Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria n.º 3214, de 08/06/78 e legislações complementares. 1.3 Consolidação das Leis do Trabalho. 1.4 Convenção OIT. 2 Acidente de trabalho: conceitos, legislação, registro, comunicação, análise e estatística. 3 Prevenção e controle de riscos. 4 Proteção contra incêndios e explosões. 5 Gerenciamento de riscos. 6 Higiene industrial. 7 Ergonomia. 8 Doenças do trabalho. 9 Proteção ao meio-ambiente; Controle de resíduos e efluentes industriais; Legislação Ambiental. 10 Sistema de Gestão BS 8800, OHSAS 18001, ISO 14000. 11 Transporte de produtos perigosos. 12 Transferência de Produtos Químicos. 12 Responsabilidade civil e criminal. 13 Política de Segurança e Saúde no Trabalho: planejamento, implementação e operação.

Conhecimentos específicos – formação em Arquitetura (código ARQUI)

1 Projeto de arquitetura. 1.1 Métodos e técnicas de desenho e projeto. 1.2 Programação necessidades físicas das atividades. 1.3 Estudos de viabilidade técnico-financeira. 1.4 Informática aplicada à arquitetura. 1.5 Controle ambiental das edificações (térmico, acústico e luminoso). 2 Projeto complementares: especificação de materiais e serviços e dimensionamento básico. 2.1 Instalações elétricas e hidrossanitárias. 2.2 Elevadores. 2.3 Ventilação/exaustão. 2.4 Ar condicionado. 2.5 Telefonia. 2.6 Prevenção contra incêndio. 3 Programação, controle e fiscalização de obras. 3.1 Orçamento composição de custos, levantamento de quantitativos, planejamento e controle físico-financeiro. 4 Acompanhamento de obras. 4.1 Construção e organização do canteiro de obras. 4.2 Coberturas impermeabilização. 4.3 Esquadrias. 4.4 Pisos e revestimentos. 5 Legislação e perícia. 5.1 Normas técnicas, legislação profissional. 5.2 Legislação ambiental e urbanística. 6 Conhecimento de AutoCAD. 7 Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos - NBR 9050. 8 Lei Federal n.º 6.766/79. 9 Metodologia de Projeto de Arquitetura e de Desenho Urbano. 10 O Conforto humano nas edificações. 11 Industrialização e racionalização das construções. 12 Linguagem e representação do Projeto Arquitetônico.

Conhecimentos específicos - formação em Tecnologia da Informação (código TEINF)

I - ANÁLISE E PROJETO DE SISTEMAS: 1 O processo de desenvolvimento de software. 2 Análise e projeto orientado a objetos com notação UML: modelagem de casos de uso; modelagem de classes; modelagem de interações; especificação de classes, propriedades, associações, generalização; modelagem de estados, modelagem de atividades; decomposição e arquitetura do sistema; contagem de pontos de função. II - BANCO DE DADOS: 1 Conceitos e arquitetura de sistemas de banco de dados. Modelo relacional de bancos de dados: conceitos, restrições, linguagens, design e programação. Teoria e metodologia de projeto de banco de dados. 2 Armazenamento de dados, indexação, processamento de consultas e projeto físico. 3 Conceitos de processamento de transações. 4 Bancos de dados de objetos e objetos relacionais. 5 Tecnologias e aplicações emergentes de bancos de dados. III - GERENCIAMENTO DE PROJETOS: 1 Estrutura do gerenciamento de projetos; ciclo de vida e organização do projeto; processos de gerenciamento de projetos; áreas de conhecimento em gerenciamento de projetos; ferramentas e técnicas de apoio ao gerenciamento de projetos. IV - REDES DE COMPUTADORES: 1 Internet, protocolos de rede, arquitetura de camadas. 2 Camada de aplicação. 3 Camada de transporte. 4 Camada de rede e roteamento. 5 Camada de enlace e redes locais. 6 Rede multimídia. 7 Segurança em redes de computadores. 8 Gerenciamento de rede. 9 Comunicação Corporativa. V - SISTEMAS OPERACIONAIS: 1 Introdução aos sistemas operacionais. 2 Processos e threads. 3 Deadlocks. 4 Gerenciamento de memória. 5 Entrada/Saída. 6 Sistemas de arquivos. 7 Sistemas operacionais de multimídia. 8 Sistemas com múltiplos processadores. 9 Segurança em sistemas operacionais. 10 Estudos de caso: Unix/Linux e Windows 2000. 11 Sistema operacional Linux: introdução e histórico; sistema de arquivos; interfaces e programas; principais comandos de prompt; instalação e configurações; principais programas aplicativos. VI - SOFTWARE LIVRE: 1 Conceitos de Software Livre e Código Aberto. 2 Licenças de Software. 3 Desenvolvimento e Gerência de Projetos com Software Livre. 4 Modelos de Negócio de Software Livre. 5 Linux e principais produtos de Software Livre. 6 Interoperabilidade e padrões abertos. 7 Desenvolvimento de tecnologia aberta. 8 Software Público Brasileiro. VII - CONTRATATAÇÕES DE TI NO GOVERNO: Contratações de serviços de tecnologia da informação: Decreto 7.579, de 11 de outubro de 2011; Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997; Instrução Normativa nº 04 MPOG/SLTI, de 19 de Maio de 2008. LOA: Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012; PPA: Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012. VIII - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: Conhecimentos básicos em Gestão de Segurança da Informação baseados em normas internacionais ISO 27001, ISO 27002 e ISO 27005; Estrutura de SIC no Governo Federal e normativos do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI-PR; Vulnerabilidades, Ameaças, Riscos, Análise de Riscos; Classificação da Informação, Controle de Acesso Lógico, Controle de Acesso Físico, Engenharia Social; Noções de vírus, worms e outros códigos maliciosos, Softwares de Segurança (antivírus, antispyware, cavalos de troia, etc).

Conhecimentos específicos – formação em Terapia Ocupacional (código TERAP)

1 Fundamentos históricos, filosóficos e metodológicos da terapia ocupacional. 2 Tendências contemporâneas em terapia ocupacional. 3 Princípios de reabilitação. 4 Técnicas de observação. 5 Psicologia do desenvolvimento. 6 Psicomotricidade e recursos terapêuticos. 7 Cinesiologia e biomecânica. 8 Técnicas e análise de atividades: auto-cuidado, trabalho e lazer, atividades artesanais e artísticas, lúdicas, culturais e sociais. 9 Modelos de intervenção em terapia ocupacional. 10 Métodos

avaliação, planejamento e implementação da intervenção, análise dos resultados e formas de registro em terapia ocupacional. 11 Modalidades de intervenção terapêutico-ocupacionais: atendimento individual, grupal e coletivo na instituição, no domicílio e na comunidade. 12 Tecnologia assistiva e acessibilidade adaptações, órteses, próteses. 13 Terapias pelo movimento: neuro-evolutivas, neuro-fisiológicas e biomecânicas e científicas. 14 Processo saúde-doença e suas múltiplas determinações: aspectos biológicos, sociais, psíquicos, culturais e históricos. 15 Princípios éticos e bioéticos. 16 Políticas sociais legislação. 17 Saúde pública. 18 Técnicas de gestão. 19 Epidemiologia. 20. Trabalho em equipe multiprofissional. 21 Conceito de equipe interdisciplinar e transdisciplinar.

Conhecimentos específicos – formação em Pedagogia (código PEDAG)

1 Fundamentos da Educação. 1.1 Relação educação e sociedade: dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica. 1.2 Bases Legais da educação nacional: Constituição da República, LDB (Lei nº 9.394/96) e Parâmetros Curriculares Nacionais. 1.3 Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas. 1.4 Legislação aplicada à educação à distância. 2 A supervisão: concepção e prática. 2.1 Liderança e relações humanas no trabalho: tipos de liderança, mecanismos de participação, normas e formas organizativas facilitadoras da integração grupal. 3 Papel político pedagógico e organicidade do ensinar, aprender e pesquisar. 3.1 Pesquisa participante como instrumento de inovação e de avaliação do ensinar e aprender. 3.2 Projeto político pedagógico no ambiente organizacional: concepção, princípios e eixos norteadores. 3.3 Gestão educacional decorrente da concepção do projeto político-pedagógico. 4 Processo de planejamento: concepção, importância, dimensões e níveis. 4.1 Planejamento de ensino em seus elementos constitutivos: objetivos e conteúdos de ensino; métodos e técnicas. 4.2 Planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação. 4.3 Comunicação e interação grupal no processo de planejamento. 4.3.1 Constituição de equipes, encontros e avaliações sistemáticas capacitação de pessoal para o planejamento, constituição de grupos de estudo, aplicação de critérios na distribuição de tarefas, articulação com outros grupos sociais. 5 Avaliação na perspectiva da construção do conhecimento. 6 Desenvolvimento de competências: conhecimento, habilidades e atitudes. 6.1 Educação continuada dos profissionais. 7 Currículo e construção do conhecimento. 8 Processo de ensino-aprendizagem. 8.1 Relação professor/ aluno no processo pedagógico. 8.2 Bases psicológicas da aprendizagem. 9 Novas tecnologias aplicadas à educação e plataformas de aprendizagem virtual e avaliação educacional. 10 Metodologia de projetos presenciais e a distância: um caminho entre a teoria e a prática. 10.1 A ação pedagógica e o trabalho com projetos. 11 Interdisciplinaridade e globalização do conhecimento. 12 Educação corporativa. 13 Educação de adultos. 14 Ética e trabalho, dilemas éticos na profissão.

Conhecimentos específicos – formação em Psicologia (código PSICO)

I - PSICOLOGIA CLÍNICA: 1 Ética profissional. 2 Teorias da personalidade. 3 Psicopatologia. 4 Técnicas psicoterápicas. 5 Psicodiagnóstico. 6 Psicoterapia de problemas específicos. 7 O papel do psicólogo na equipe de cuidados básicos à saúde. II - PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: 1 Organizações: estruturas, processos e dinâmica. 2 Teoria das organizações e concepções de trabalho. 3 Cultura e clima organizacional. 4 Motivação e satisfação no trabalho. 5 Poder, liderança e conflitos nas organizações. 6 Equipes de trabalho e grupos nas organizações. 7 Ergonomia da atividade e psicopatologia do trabalho. 8 Bem-estar, saúde e qualidade de vida no contexto das organizações. 9 Conhecimento, aprendizagem e desempenho humano nas organizações. 10 Rotação de pessoal. 11 Absenteísmo. 12 Recrutamento de pessoal: fontes de recrutamento e meios de recrutamento. 13 Seleção de Pessoal: planejamento, técnicas, avaliação e controle de resultados. 14 Avaliação de desempenho: objetivos, métodos, implantação e acompanhamento. 15 Análise de cargos: objetivos e métodos. 16 Treinamento: levantamento de necessidades, planejamento, execução e avaliação. 17 Atribuições e ética do Psicólogo Organizacional e do trabalho. 18 Técnicas de gestão. 19 Epidemiologia. 20. Trabalho em equipe multiprofissional. 21 Conceito de equipe interdisciplinar e transdisciplinar.

Conhecimentos específicos – formação em Jornalismo (código JORNA)

I - FUNDAMENTOS DA COMUNICAÇÃO E LEGISLAÇÃO BÁSICA: 1 Conceito e características de comunicação social, comunicação organizacional e comunicação pública. 2 Teorias da comunicação. 2.1 Conceitos, paradigmas, principais teorias. 2.2 Globalização da informação. 2.3 Massificação versus segmentação dos públicos. 2.4 Interatividade na comunicação. 2.5 Novos meios de comunicação. 3 Ética e legislação em comunicação. 3.1 Constituição da República (Título VIII, cap. V e suas alterações). 3.2 Código de ética do jornalista. 4. Ética da comunicação social e pública. 5. Meios de comunicação social privados, públicos, comunitários e educativos 6. Política nacional de comunicação. 7. Regulamentação da comunicação social e pública. 8. Comunicação pública. 9.1 Conceitos e prática

(Instrução Normativa SECOM-PR nº 5, de 6 de junho de 2011). 9.2 Plataformas digitais e mídias sociais. 10 Temas emergentes de comunicação. 10.1 Relacionamento do jornalismo, publicidade e relações públicas com as novas tecnologias de comunicação. 10.2 Conceito de hipermídia, convergências dos meios e as mídias web digitais. 10.3 Conceito e noções de gestão de portais corporativos. II - MÍDIAS ELETRÔNICAS E INTERNET: 1 Linguagem hipermídia. Tipos, características, conceitos e aplicações de linguagens. Organização de conteúdo e produção de sentido por meio de hipertexto. Limitações das mídias eletrônicas. 2 Diferenças entre os vários tipos de sites web (sites, hotspots, portais etc.). 3 Produção para mídias eletrônicas. Redação para mídias eletrônicas. Estratégias de produção de conteúdo para a esfera pública. 4 Arquitetura de informação. Hierarquia da informação. Usabilidade e UX (user experience). Design funcional de interfaces. Adaptação de conteúdos para multi-plataformas (notebooks, tablets, smartphones e mobile em geral, etc.). 5 Boas práticas de construção da linguagem visual e design gráfico aplicado a meios eletrônicos. 6 Mídias sociais (wikis, blogs, podcasts etc.). Tipos, características e aplicações. Principais mídias sociais. Mídias sociais como fonte de informação. Interação com o público por meio de redes sociais: gestão da marca e marketing de relação com o público. III – JORNALISMO E COMUNICAÇÃO: 1 Comunicação: conceitos teorias. 2 História da comunicação social no Brasil. 3 Comunicação Pública. 4 História da Comunicação governamental no Brasil. 5 Teorias da opinião pública. 6 Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 7 Jornalismo corporativo. 7.1 Diferenças básicas entre o jornalismo de um veículo tradicional de comunicação e as publicações institucionais de organizações públicas e privadas. 7.2 Os produtos da atividade jornalística. 7.3 Os meios de comunicação voltados para os públicos interno e externo. 7.4 O jornalismo digital. 8 Teoria e Prática em Comunicação Organizacional. 9 Planejamento em Comunicação. 10 Linguagem jornalística. 11 Gêneros de redação jornalística. 12. Teorias e técnicas de jornalismo. 12.1 Noções de redação para telejornalismo, webjornalismo e radiojornalismo 13. Assessoria de Imprensa: história, teoria e técnica. 13.1 Assessoria pública versus assessoria de empresa. 13.2 Objeto e técnicas de assessoria de imprensa. 13.3 Produtos e serviços de uma assessoria de imprensa (release, exclusiva, coletiva). 13.4 Mensuração de resultados (clipping, auditoria de imagem, sensoriamento de mídia). 13.5 Portavozes institucionais e media training. 14 Conceitos, Planejamento, Produção e edição de publicações jornalísticas. 15 Planejamento e elaboração de media trainings.

Conhecimentos específicos – formação em Publicidade e Propaganda (código PUBLI)

I - FUNDAMENTOS DA COMUNICAÇÃO E LEGISLAÇÃO BÁSICA: 1 Conceito e características de comunicação social, comunicação organizacional e comunicação pública. 2 Teorias da comunicação. 2.1 Conceitos, paradigmas, principais teorias. 2.2 Globalização da informação. 2.3 Massificação versus segmentação dos públicos. 2.4 Interatividade na comunicação. 2.5 Novos meios de comunicação. 3 Ética e legislação em comunicação. 3.1 Constituição da República (Título VIII, cap. V e suas alterações). 3.2 Código de ética do jornalista. 5. Ética da comunicação social e pública. 6. Meios de comunicação social privados, públicos, comunitários e educativos 7. Política nacional de comunicação. 8. Regulamentação da comunicação social e pública. 9. Comunicação pública. 9.1 Conceitos e prática (Instrução Normativa SECOM-PR nº 5, de 6 de junho de 2011). 9.2 Plataformas digitais e mídias sociais. 10 Temas emergentes de comunicação. 10.1 Relacionamento do jornalismo, publicidade e relações públicas com as novas tecnologias de comunicação. 10.2 Conceito de hipermídia, convergências dos meios e as mídias web digitais. 10.3 Conceito e noções de gestão de portais corporativos. II - MÍDIAS ELETRÔNICAS E INTERNET: 1 Linguagem hipermídia. Tipos, características, conceitos e aplicações de linguagens. Organização de conteúdo e produção de sentido por meio de hipertexto. Limitações das mídias eletrônicas. 2 Diferenças entre os vários tipos de sites web (sites, hotspots, portais etc.). 3 Produção para mídias eletrônicas. Redação para mídias eletrônicas. Estratégias de produção de conteúdo para a esfera pública. 4 Arquitetura de informação. Hierarquia da informação. Usabilidade e UX (user experience). Design funcional de interfaces. Adaptação de conteúdos para multi-plataformas (notebooks, tablets, smartphones e mobile em geral, etc.). 5 Boas práticas de construção da linguagem visual e design gráfico aplicado a meios eletrônicos. 6 Mídias sociais (wikis, blogs, podcasts etc.). Tipos, características e aplicações. Principais mídias sociais. Mídias sociais como fonte de informação. Interação com o público por meio de redes sociais: gestão da marca e marketing de relação com o público. III - PUBLICIDADE E PROPAGANDA: 1 Comunicação: conceitos teorias. 2 História da comunicação social no Brasil. 3 Comunicação Pública. 4 História da Comunicação governamental no Brasil. 5 Conceitos e finalidade da publicidade. 5.1 Conceitos e tipos de campanha publicitária. Redação publicitária. 6 Uso das novas tecnologias de comunicação. 7 Imagem institucional. 8 Gestão de marcas 9 Ações de promoção institucional. 10 Marketing digital. 11 Gestão estratégica da comunicação organizacional. 12 Canais e estratégias de comunicação interna. 13 Comunicação integrada. 14 Planejamento estratégico de

comunicação. 15 Comunicação e planejamento gráficos. 15.1 Os processos de produção, circulação e consumo da indústria gráfica. 15.2 Análise do produto gráfico. 15.3 Os principais softwares gráficos. 15.4 Elementos estéticos da comunicação gráfica. 15.5 Programas de diagramação e infografia. 15.6 Tipologia e medidas gráficas. 15.7 Diagramação. 15.8 Técnicas de composição e impressão. 16 Comunicação visual. 16.1 Processo gráfico: noções de técnicas de design para impressos, audiovisuais e internet. 16.2 Planejamento editorial: ilustrações, cores, visual da publicação. 17 Estética na comunicação. 17.1 O conceito de estética e de arte. 17.2 Estética e reprodutibilidade técnica. 17.3 Comunicação e arte. 17.4 Dimensões estéticas da comunicação social. 17.5 Comunicação, percepção e estética. 17.6 A arte como sistema de significação. 17.7 Mídia, criação e padronização estética.

Conhecimentos específicos – formação em Fisioterapia (código FISIO)

I - FISIOTERAPIA GERAL: 1 Efeitos fisiológicos, indicações e contra-indicações de termoterapia, fototerapia, hidroterapia, massoterapia, cinesioterapia, eletroterapia e manipulação vertebral. 2 Fisioterapia em traumatologia, ortopedia e reumatologia. 3 Fisioterapia em neurologia. 4 Fisioterapia em ginecologia e obstetrícia. 5 Fisioterapia em pediatria, geriatria e neonatologia. 6 Fisioterapia em doenças cardiovasculares. 7 Amputação: prótese e órteses. 7.1 Mastectomias. 8 Fisioterapia em pneumologia. 8.1 Fisioterapia respiratória: fisioterapia pulmonar - gasimetria arterial. 8.2 Insuficiência respiratória aguda e crônica. 8.3 Infecção do aparelho respiratório. 8.4 Avaliação fisioterápica de paciente crítico. 8.5 Ventilação mecânica - vias aéreas artificiais: indicações da ventilação mecânica, modos de ventilação mecânica, desmame da ventilação mecânica. 9 Fisioterapia na saúde do trabalhador. 9.1 Conceito de ergonomia, doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho, práticas preventivas no ambiente de trabalho. 10 Assistência fisioterapêutica domiciliar. 11 Ética e legislação profissional. II - AVALIAÇÃO FISIOTERÁPICA: 1 Fisioterapia geral: técnicas, efeitos fisiológicos, indicações e contra-indicações de eletrotermofototerapia, massoterapia, cinesioterapia, e manipulação vertebral. 2 Fisioterapia aquática. 3 Fisioterapia em traumatologia, ortopedia e reumatologia. 4 Fisioterapia em neurologia. 5 Fisioterapia em ginecologia e obstetrícia. 6 Fisioterapia em pediatria, geriatria e neonatologia. 7 Fisioterapia em doenças cardiovasculares. 8 Próteses e órteses: reabilitação de amputados. 9 Fisioterapia em pneumologia: gasometria arterial. 9.1 Insuficiência respiratória aguda e crônica. 9.2 Infecção do aparelho respiratório. 9.3 Avaliação fisioterápica de paciente crítico. 9.4 Ventilação mecânica. 9.5 Desmame da ventilação mecânica. 10 Fisioterapia na saúde do trabalhador: conceito de ergonomia, doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho, práticas preventivas no ambiente de trabalho. 11 Assistência fisioterápica domiciliar. 12 Ética e legislação profissional. 13 Técnicas de gestão. 14 Epidemiologia. 15 Trabalho em equipe multiprofissional. 16 Conceito de equipe interdisciplinar e transdisciplinar.

Conhecimentos específicos – formação em Letras (código LETRA)

1 Discurso falado. 2 Compreensão e interpretação de textos em língua portuguesa. 3 Características de textualidade. 4 Modos de organização discursiva. 5 Funções de linguagem. 6 Flexões e emprego das diversas classes de palavras. 7 Problemas de escritura de textos. 8 Organização da frase: ordem direta e indireta. 9 Os tipos e gêneros textuais. 10 Variação linguística. 11 Reescritura de frases. 12 Estrutura e formação de palavras. 13 Linguagem figurada. 14 Norma culta: concordância, regência e colocação. 15 Tipos de discurso. 16 Vozes verbais. 17 Adequação vocabular. 18 Organização sintática da frase e do período. 19 Textos em imagens.